



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA –
5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2024
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
[Gestão 2023-2025]

Data: 08 e 09 de outubro de 2024

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF

1 **PAUTA PRELIMINAR. Dia 08/10/2024 – Manhã – Sessão Plenária. 09h00 – 09h10: Abertura e Boas**
2 **Vindas.** Elisabetta Recine, Presidenta do Consea. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea,
3 confirmou que o Plenário apresentava quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar propostas
4 e deu continuidade à reunião apresentando a pauta prevista para os dois dias de trabalho. A
5 Presidenta do Consea procedeu à leitura da **Pauta Proposta: 09h10 – 11h00: Panorama, desafios e**
6 **perspectivas para Reforma Agrária e para democratização do acesso à terra no Brasil.** Moderação:
7 Leila Santana, conselheira do Consea – Movimento dos Pequenos Agricultores. Fome, conflitos
8 agrários e o sistema alimentar hegemônico: diagnósticos e caminhos a seguir, Darci Frigo, Terra de
9 Direitos (10 min). Reforma Agrária Popular: panorama e propostas para democratização do acesso à
10 terra no Brasil, Débora Nunes, Direção Nacional do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadoras
11 Rurais Sem Terra (10 min). A reforma agrária na agenda do Governo Federal: avanços, desafios e
12 perspectivas, Cesar Aldrighi, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -
13 Incra (10 min). Do compromisso à prática: estratégias para garantir e ampliar o acesso de assentados
14 da reforma agrária às políticas sociais e às políticas de desenvolvimento rural, Fernanda Machiavelli,
15 Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (10
16 min). Debate (70 min). **11h00 – 12h50: O Direito ao Território, territorialidade e a Soberania e**
17 **Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais.**
18 Moderação: Antônio Adevaldo, conselheiro do Consea – Conselho Nacional das Populações
19 Extrativistas e Marciely Ayap Tupari, conselheira do Consea, Coordenação das Organizações
20 Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB. Sistemas Alimentares, territorialidades e o Direito
21 Humano à Alimentação Adequada, Ya Vera Soares, Coordenação Executiva Nacional do Fórum
22 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana -
23 FONSANPOTMA (10 min). O Direito à Terra e o Direito Humano à Alimentação Adequada na agenda
24 do Governo Federal para desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Edel
25 Moraes, Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural
26 Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (10 min) - *a confirmar*. Fome se
27 combate com demarcação: o Marco Temporal, a conjuntura dos direitos territoriais dos Povos
28 Indígenas e os desfechos no Direito Humano à Alimentação Adequada, Dinamam Tuxá, Coordenador
29 Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB (10 min). Panorama das demarcações
30 e perspectivas para implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras
31 Indígenas, Lucia Alberta, Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação
32 Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI (10 min). Debate (70 min). **12h50 – 13h00: Orientações sobre**
33 **reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho. Dia 08/10/2024 – Tarde – Sessão Plenária e reunião**
34 **das Comissões Permanentes, Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais e Grupos de**
35 **Trabalho. 14h00 – 15h00: Pronunciamento Ministerial.** Moderação: Elisabetta Recine, Presidenta
36 do Consea. Macaé Evaristo, Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania. Anielle Franco,
37 Ministra de Estado da Igualdade Racial - *a confirmar*. Sônia Guajajara, Ministra de Estado dos Povos
38 Indígenas - *a confirmar*. Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura
39 Familiar. Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
40 Combate à Fome e Presidente da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional –
41 CAISAN. Márcio Macêdo, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e
42 Secretário-Geral do Consea - *a confirmar*. **15h00 – 17h00: Reunião das CPs e CPCE.** Ver documento
43 “Pauta das Comissões e GTs”. **17h00 – 19h00: Reunião dos Grupos de Trabalho** Ver documento
44 “Pauta das Comissões e GTs”. **Dia 09/10/2024 – Manhã – 8h30 às 12h30: Reunião das Comissões**

45 **Permanentes (CPs) e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE). Dia 09/10/2024 –**
46 **Tarde – Sessão Plenária. 14h00 - 14h45: Informe sobre o Edital nº 01/2024/CONSEA.** Trata do
47 processo de seleção pública por meio de consulta entre pares para composição de lista de indicação
48 de representações da sociedade civil para integrar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
49 Nutricional - Mandato 2025/2027. **14h45 – 15h15: Processo de elaboração do III Plansan e revisão**
50 **do plano Brasil Sem Fome. 15h15 - 16h00: Deliberações da Plenária. 16h00 – 16h15: Proposta de**
51 **Emenda à Constituição nº 17 de 2023.** Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o
52 direito à segurança alimentar como direito fundamental. **16h15 - 17h15: Relato das CPs, GTs e CPCE.**
53 **17h15 – 17h45: Informes. 17h30 – Encerramento. PLENÁRIA. 08 de outubro – manhã. Abertura e**
54 **boas-vindas. Sra. Elisabetta Recine (Presidenta do Consea).** Confirmou que o Plenário apresentava
55 quórum mínimo e iniciou a reunião. Deu boas vindas e realizou duas falas iniciais. A primeira sobre a
56 companheira Vanessa Schottz que teve um episódio sério de saúde e precisou passar por uma
57 cirurgia. Ela pediu para eu falar a todas e todos, à plenária, que ela agradece muito todas as
58 mensagens, todos os pensamentos, todos os bons desejos que ela recebeu, e que podemos ter
59 certeza de que ela sentiu e percebeu tudo isso, que ela está se recuperando e que na plenária de
60 novembro ela vai estar aqui conosco. Então eu quero transmitir essas palavras dela para todos e
61 também tenho certeza que nesse momento estamos reforçando os nossos desejos para que ela se
62 recupere de maneira plena e que ela possa não só estar aqui conosco, mas continuar a vida como ela
63 sempre teve, sendo muito verdadeira. A segunda fala sobre o tema escolhido para a Plenária. Toda
64 vez que planejamos uma plenária fazemos uma reunião da mesa diretiva, recuperamos o que as
65 comissões conversaram logo no começo do ano sobre prioridades, temas, etc. e vamos na medida
66 do diálogo, tanto com essas prioridades que foram estabelecidas, mas também no contexto em que
67 a plenária vai acontecer. Estamos na nossa penúltima plenária do ano e o tema que escolhemos é
68 um tema muito caro para todas e para todos por diferentes razões, por diferentes lutas, e é um tema
69 histórico porque ele é um tema muito estrutural e estruturante em todas as vidas, em todas as
70 injustiças, mas também em todas as conquistas. Então, a plenária de hoje está dedicada à terra,
71 território e territorialidade e ela atende a uma das prioridades que foram definidas por nós no
72 começo do ano. E pensando nessa Plenária, eu lembrei de muitas coisas e lembrei de um livro que
73 eu li há um tempo atrás e eu gostaria de ler um trecho para vocês. Ele é o livro “Salvar o Fogo”, do
74 Itamar Vieira Júnior. O Itamar, eu acho que muitas pessoas leram o primeiro livro “Torto Arado”, e
75 esse livro, o “Salvar o Fogo”, talvez não tenha tido tanta visibilidade quanto o primeiro, mas como o
76 primeiro, ele é um livro que fala dessa vida que passa e é extremamente intensa para além do que
77 enxergamos e como que as vidas se entrelaçam, os desafios se entrelaçam e como também as
78 mulheres têm um papel tão fundamental de resiliência, resistência e de fazer com que as coisas
79 fiquem nos seus devidos lugares. E eu procurei um trecho do livro e achei as últimas palavras. São
80 dois parágrafos que eu queria pedir a licença para ler porque acho que quando ouvimos uma coisa,
81 ela tem muitos significados e estou lendo por conta de um significado, e certamente cada um aqui
82 vai pegar um outro significado, mas eu acho que tem uma essência que é do porquê existimos e
83 porque trilhamos os caminhos que trilhamos. Esse é um livro muito lindo que vale muito a pena ler.
84 [Leitura do trecho do livro “Salvar o Fogo” de Itamar Vieira Júnior]. Então vamos colocar a agenda de
85 hoje e de amanhã para submeter à plenária. Organizamos a nossa pauta de hoje e de amanhã de
86 maneira a continuar mantendo aqueles dois períodos de reunião de comissões, como já havia sido
87 demandado na reunião anterior. Fizemos isso e foi bom. Eu tenho essa missão de ficar sempre
88 lembrando isso porque isso é que possibilita que possamos participar. Se extrapolamos, o tempo

89 pode ser uma ilusão, muitas vezes é, mas aqui ele tem uma certa concretude porque ele viabiliza as
90 conversas que queremos fazer. Então realmente é importante ficarmos sempre atento aos começos
91 e aos finais, tanto do tempo da plenária de manhã, como o tempo das comissões hoje à tarde e de
92 amanhã de manhã, e de amanhã à tarde que tem também uma agenda intensa. Então, farei uma
93 leitura e submeto à plenária. A ideia é que tenhamos duas sessões pela manhã, eu não vou dar o
94 detalhe das sessões, só vou dar os títulos, porque depois vou passar a palavra para a coordenação
95 da primeira sessão. Então a primeira sessão, ela é de “Panorama, Desafios e Perspectivas para a
96 Reforma Agrária e para a Democratização do Acesso à Terra no Brasil”. Ela é uma sessão que está
97 planejada para ter 01h50, teremos que cuidar desse tempo para não inviabilizar a segunda sessão,
98 que é uma sessão que vai falar do “Direito ao Território, Territorialidade e a Soberania e Segurança
99 Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais”. Essas são as
100 duas sessões, temos vários convidados e convidadas, está planejado entre uma sessão e outra um
101 tempo para dialogarmos. No final da manhã daremos orientações sobre as nossas reuniões de
102 comissões e grupos de trabalho. É importante ficar atento, como originalmente a nossa plenária
103 estava planejada para a semana passada e recebemos alguns pedidos de alteração por conta das
104 eleições municipais, ter remarcado a plenária fez com que também a Secretaria tivesse que
105 reorganizar os espaços aqui. Nem todos os espaços que normalmente utilizamos estavam disponíveis
106 para esses 02 (dois) dias. Por exemplo, hoje na plenária estamos aqui, mas amanhã à tarde, em
107 plenária, vamos estar em outro lugar. Então é importante ficar com atenção maior em relação aonde
108 vamos trabalhar. Então terminamos a manhã com essas 02 (duas) sessões e as orientações
109 necessárias. À tarde, começamos novamente aqui, convidamos os ministros e ministras envolvidos
110 nessa agenda, já temos algumas confirmações, depois atualizamos, mas a ideia é que comecemos a
111 tarde aqui com uma saudação de ministros e ministras e depois dessa saudação vamos para as nossas
112 comissões, e depois quem está envolvido em algum grupo de trabalho, a partir das 17 (dezesete)
113 horas vai para grupo. Nós temos agora funcionando 03 (três) grupos de trabalho: internacional,
114 cultura alimentar e conflito de interesses. Fechamos o dia e amanhã voltamos diretamente para os
115 grupos de trabalho. Cada CP tem um horário específico de começo, então observem o horário do
116 início da sua comissão. Vamos até o horário do almoço trabalhando nas comissões e voltamos para
117 plenária que não será aqui. Então, a plenária da tarde de amanhã começa com um informe da
118 comissão que está responsável pela renovação do Consea, sendo que o edital foi publicado e já
119 tivemos uma sessão informativa na sexta-feira passada. Depois um informe sobre o processo de
120 elaboração do terceiro Plano de SAN que o governo está elaborando e em seguida sobre a revisão
121 do Plano Brasil Sem Fome. Seguindo, faremos as deliberações na plenária sobre as recomendações
122 das CPs. Depois, temos outro informe que é a respeito da emenda à Constituição número 17
123 (dezesete), que já tínhamos informado em plenária passada. É uma emenda constitucional que
124 estava mexendo no artigo sexto da Constituição, onde está a alimentação como direito e temos uma
125 atualização sobre isso. Em seguida vamos para o relato das CPs, e então fechamos a nossa tarde em
126 torno de 17h30, 17h45, com informes. Então começamos com 02 (duas) sessões hoje, vamos para
127 comissões, depois de grupos de trabalho. Amanhã cedo comissões e à tarde começamos com
128 informe sobre edital de renovação do Conselho, depois Plansan e Brasil sem Fome, deliberações
129 sobre as recomendações, emenda constitucional, finalizando com os relatos das CPs. Então essa é a
130 nossa proposta de trabalho, consulto à plenária se há alguma observação em relação a isso ou se
131 podemos continuar com as nossas atividades. Aprovada a proposta de trabalho então temos uma
132 agenda. **Ponto de Pauta. Panorama, desafios e perspectivas para Reforma Agrária e para**

133 **democratização do acesso à terra no Brasil. Elisabetta Recine (Presidenta do Consea)** - Chamo para
134 coordenar a nossa sessão inicial a nossa conselheira da Contraf Brasil, Sra. Maria Josana de Lima
135 Oliveira, que vai mediar a mesa sobre reforma agrária. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira**
136 **(Representante Contraf Brasil)** - Bom dia. Saímos de um processo, com certeza todo mundo aqui, os
137 seus estados e o seu interior estava envolvido num processo muito importante, que se trata da
138 democracia, que era as eleições municipais. Então alguns vitoriosos, outros não, mas mesmo se não
139 ganha nas urnas, ganha no nosso desafio, ganha na nossa batalha e é isso que importa. Estamos aqui
140 hoje nessa retomada pós eleições, com o tema tão importante. Sou Josana Lima, agricultora familiar,
141 assistente social de formação, educadora popular e hoje estou coordenando a Contraf Brasil, a
142 Confederação Nacional da Agricultura Familiar. Para começar com um tema e um debate tão
143 importante que se trata não só de promover justiça social e democracia, mas está na relação direta,
144 na conectividade do aumento da produção, do direito à vida e então está relacionado com a
145 produtividade e a produção de alimentos e tratando tema da reforma agrária. E para compor essa
146 mesa, vamos chamar 04 (quatro) pessoas muito importantes que falaram para nós sobre o Panorama
147 e Desafios e Perspectivas para a Reforma Agrária e para a Democratização do Acesso à Terra. São
148 pessoas que vêm contribuindo com esse processo e com certeza trará o olhar de qual perspectiva e
149 também de qual desafios, quais os apontamentos e como direcionamos isso para o próximo período.
150 Convidamos o Darci Frigo, que falará sobre Fome e Conflitos Agrários e o Sistema Alimentar
151 Hegemônico, Diagnósticos e Caminhos, que estará virtual. Convidamos a nossa companheira Débora
152 Nunes, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Terra, que falará
153 sobre A Questão da Reforma Agrária Popular e o Panorama e Proposta para a Democratização de
154 Acesso à Terra no Brasil. Convidamos o presidente do INCRA, o César Aldrighi. E convidamos a
155 Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a nossa companheira Fernanda
156 Machiaveli. Começamos com o tema Fome e Conflitos Agrários e o Sistema Alimentar Hegemônico,
157 chamando o companheiro Darci, que está virtual, que tem 10 minutos para trazer sua contribuição.
158 **Sr. Darci Frigo (Coordenador da Terra de Direitos)** – Bom dia. Vou iniciar a minha fala agradecendo
159 o convite do Consea para fazer esse momento de debate sobre a questão da reforma agrária e as
160 questões ligadas ao tema do direito humano à alimentação adequada para todas as pessoas. Eu
161 primeiro queria dizer que nesse momento pensar a reforma agrária no nosso Brasil significa
162 pensarmos num conjunto de ações que não se traduzem mais como se pensava décadas atrás apenas
163 na redistribuição de terras, estamos falando de reconhecimento de territórios quilombolas, de
164 demarcação de terras indígenas, do se regularizar inclusive os territórios de povos e comunidades
165 tradicionais e ao mesmo tempo fortalecer a própria existência da agricultura familiar. E eu diria assim
166 que todos e todas temos um diagnóstico sobre o campo brasileiro, sobre o fato de que a terra no
167 nosso país segue concentrada, que não realizamos, de fato, uma redistribuição de terra que pudesse
168 ampliar o campesinato, ampliar a agricultura familiar no campo brasileiro e poderíamos já desde o
169 início dizer então que nesse momento vivemos uma reforma agrária às avessas. Vivemos um
170 processo em que, a concentração da terra, o processo de expansão do agronegócio, nos desafia a
171 garantir que a agricultura familiar, de fato, possa coexistir dentro de um modelo de desenvolvimento
172 que nesse momento privilegia o agronegócio. Temos esse diagnóstico, mas precisamos refletir sobre
173 como enfrentar a questão. A distribuição da terra no país e a democratização da terra é um
174 imperativo da nação brasileira, é um comando constitucional, nós temos a Constituição que
175 determina nos seus artigos, principalmente, 184, 185, 186, o estabelecimento de condições para que
176 os proprietários de terra possam desenvolver a agricultura no nosso país, é preciso cumprir uma série

177 de requisitos que é a chamada função social e que nunca, de fato, foi aplicada no nosso país em
178 função justamente desse diagnóstico e também de que as forças do agronegócio determinam
179 também o que é possível ou o que não no âmbito do Congresso Nacional. Então nesse sentido,
180 acredito que vivemos várias contradições, inclusive no âmbito das forças que hoje sustentam o
181 próprio governo quando o Ministério da Agricultura praticamente adota uma posição de bloquear
182 ações que vão na linha de ampliar a reforma agrária, de colocar uma série de restrições naquilo que
183 podemos considerar como estratégico que seria, por exemplo, a realização de uma política nacional
184 de agroecologia que ampliasse a produção agroecológica e, ao mesmo tempo, a restrição ao uso dos
185 agrotóxicos, questões que agora apenas faço uma referência, mas abordar na sequência como parte
186 desse modelo de agricultura baseada no agronegócio e que não permite, há um bloqueio
187 generalizado na mídia, há campanhas na mídia, no sentido de você não tocar no agronegócio. A
188 grande mídia, por exemplo, toda vez que há um superávit na balança comercial que envolve o
189 agronegócio, isso vira uma ação de propaganda. Você não vê isso em relação a outras áreas da
190 indústria, do serviço. Você vê uma campanha direcionada para sustentar o agronegócio. E no
191 processo de realização agora da reforma tributária, pelo menos duas questões não foram
192 consideradas até o momento, que é a não taxação das exportações, questão da Lei Kandir, que
193 privilegia o agronegócio, e a não taxação dos agrotóxicos. No ano de 2002 mais de R\$ 12 bilhões de
194 reais não foram arrecadados em função justamente das isenções que são dadas para os agrotóxicos
195 no nosso país. E isso conforme o modelo de produção agrícola, um modelo agroalimentar que temos
196 no nosso país. Não há possibilidade neste momento de avançar nas políticas de agroecologia, nas
197 políticas justamente de fortalecimento e ampliação da agricultura familiar através das ações de
198 reforma agrária se não houver esse enfrentamento do agronegócio. E eu, falando com bastante
199 franqueza, nesse momento quando lançamos no primeiro semestre o Plano Safra de mais de 500
200 bilhões para o agronegócio, você não tem todas as condições que deveriam de ser colocadas para o
201 agronegócio no sentido de paralisação das ações em relação ao desmatamento e uma série de
202 medidas nas questões ambientais. Sabemos que há neste momento um enriquecimento absurdo do
203 ponto de vista de acumulação em relação ao agronegócio que não paga esses impostos que pode
204 exportar sem pagar impostos para a sociedade brasileira, e à medida que o financiamento público
205 vai para fortalecer ainda mais esses setores, esse setor dominando o Congresso Nacional, ele impede
206 então que consigamos avançar naquilo que poderiam ser as grandes estratégias ou as grandes
207 diretrizes para ampliar a agricultura familiar através da reforma agrária, da distribuição também de
208 terras e, ao mesmo tempo, você realizar políticas de produção de alimentos saudáveis ou políticas
209 justamente que permitam que trabalhadores e trabalhadoras do campo, que agricultores e
210 agricultoras familiares possam avançar nesse sentido. Ele sim, esses setores é que cumprem aquilo
211 que está na Constituição que juristas como o ministro Fachin, tem falado de uma função social
212 integral, e essa função social da terra, do ponto de vista integral, ela acontece quando você produz
213 alimentos e melhora as condições de vida de quem produz, produz alimentos saudáveis, respeita o
214 meio ambiente, você realiza, de fato, ali aquilo que deveria de ser feito pelos agricultores. Já ao
215 grande agronegócio, ele não vai nessa linha, ele vai avançar como avançou sobre a Amazônia
216 brasileira, temos mais de 90% de todo o desmatamento que acontece na Amazônia é para expansão
217 da agropecuária e junto com a agropecuária você tem o avanço depois da soja. Imagina você ter hoje
218 expansão dos campos de soja na região do Tapajós, no Oeste do Pará, numa região no coração da
219 Amazônia e a expansão da soja está de vento em popa naquela região. Ou a expansão do arroz no
220 Marajó, como está acontecendo hoje, expulsando as comunidades tradicionais. É isso que eu falo

221 que é a reforma agrária às avessas, é quando você em vez de ter mais terra sendo distribuída para
222 ampliar o campesinato, para ampliar a produção de alimentos, você tem mais terras sendo
223 apropriada cada vez mais pelo agronegócio. E é esse agronegócio que não cumpre a função social. O
224 ministro Flávio Dino falou em relação às queimadas, se não haveria a possibilidade de haver a
225 expropriação dessas terras. Mas o INCRA, se ele lançar mão daquilo que a Constituição e a lei
226 estabelecem que esse é o cumprimento da função social, ele poderá avaliar justamente essas ações
227 inclusive de uso do fogo e que tem causado prejuízo a toda a sociedade brasileira, como um elemento
228 de descumprimento dessa função social e poderia utilizar essas terras para fazer e ampliar a reforma
229 agrária. Gostaria de lembrar a construção da jornada de agroecologia aqui no estado Paraná, por
230 muitos anos tínhamos um lema que era Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos e depois
231 construímos uma segunda palavra de ordem que é era justamente por um projeto popular e
232 soberano para a agricultura. Então a nossa agricultura hoje é dominada pelas transnacionais. Então
233 toda essa tecnologia da transgenia e dos agrotóxicos, basicamente são tecnologias que são
234 dominadas por essas empresas e essas empresas dominam os agricultores. Então, os agricultores e
235 agricultoras brasileiras não tem soberania sobre a sua produção. Essa produção, tanto do ponto de
236 vista do que temos de políticas de preços e tudo mais, ela é determinada justamente pelo
237 agronegócio que fica em última instância com mais de 60% de tudo o que é produzido no âmbito da
238 agricultura. Os agricultores ficam com uma parcela muito pequena e o restante, basicamente, é o
239 que o estado arrecada naquilo que existe ainda de impostos sobre a própria agricultura. Então para
240 enfrentarmos esse modelo de agronegócio para realizar a real reforma agrária é preciso enfrentar
241 esse modelo do agronegócio, e precisamos que o estado brasileiro, que a sociedade brasileira se
242 torne soberana sobre a sua agricultura. A agricultura deve ser um elemento estratégico de
243 planejamento para a sociedade brasileira, para a produção de alimentos. Então ela deve ser um
244 elemento importante e o estado, ele precisa, de fato, nesse momento, por exemplo, em função da
245 crise ambiental e climática, intervir na Amazônia brasileira e no Cerrado onde se amplia o
246 desmatamento para haver um processo cada vez maior de fiscalização para possibilitar o fim do
247 desmatamento no nosso país. Eu estive no início de julho na região do Mato Grosso, num intercâmbio
248 e fiquei impressionado, porque andamos 400 km e praticamente não encontramos uma mina d'água
249 nos quilombos. Nos assentamentos da reforma agrária e na agricultura familiar e também na
250 agricultura empresarial, todo mundo captando água já do subsolo porque não há mais água para
251 produzir. Então o elemento da água, a experiência do semiárido, ela vai ser fundamental de agora
252 em diante como uma estratégia para enfrentar esse novo momento de crise climática. Então penso
253 que para avançarmos em alguma questão em relação à reforma agrária no país e termos, de fato, a
254 possibilidade da população acessar alimentos de qualidade, precisamos de um Plano Nacional de
255 Agroecologia, precisamos do Pronara para fazer um processo de diminuição e retirada dos
256 agrotóxicos, desde os banidos na Europa até os agrotóxicos que ainda são permitidos, mas que
257 causam mal à saúde e intoxicam o meio ambiente e as nossas águas, e eu acho que nesse momento
258 que vivemos uma crise gravíssima de seca na Amazônia brasileira e em outras regiões, é a
259 oportunidade de fazermos uma campanha nacional para que a população urbana entenda o que
260 significa nesse momento a continuidade desse modelo perverso do agronegócio no nosso país. Que
261 ficaremos reféns e a população pode ficar sem água e pode em outros momentos ficar sem alimentos
262 porque o agronegócio prefere exportar para ganhar mais dinheiro, e a população poderá sofrer
263 impacto desse modelo. Por isso precisamos, para realizar qualquer política de distribuição de terra
264 no país, para reconhecer os territórios quilombolas, indígenas e populações tradicionais, enfrentar

265 justamente esse bloco de poder que impedem a sociedade brasileira de ter um projeto popular e
266 soberano para a agricultura e que possamos, de fato, ter uma política para a agroecologia no nosso
267 país. Muito obrigado. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)** - Obrigada, Darci. E agora
268 com o tema Reforma Agrária Popular, para trazer o panorama e propostas para a democratização do
269 acesso à terra no Brasil, a companheira Débora do MST. Dez minutos. **Sra. Débora Nunes (Direção**
270 **Nacional do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Terra - MST)** – Bom dia a todos, a
271 todas e a todes. Eu sou Débora Nunes, sou da Direção Nacional do MST, assentada reforma agrária
272 na terra de Palmares, na terra de Dandara, na terra de zumbi. Primeiro reconhecer aqui a importância
273 e a relevância do Consea ter trazido esse tema. Não tem como discutirmos enfrentamento à fome e
274 garantirmos segurança e soberania alimentar no nosso país se não debatermos esse tema vinculado
275 a uma questão estrutural que é a terra. Como o Frigo já trouxe os elementos mais estruturais da
276 análise, inclusive do modelo, da disputa de modelos, eu vou me centrar mais ao debate, de fato, do
277 que da nossa proposição que é a reforma agrária popular. Então primeiro eu gostaria de
278 contextualizar o que é, e porque o MST está apresentando a reforma agrária popular como
279 alternativa, como um projeto de agricultura para o campo brasileiro e para sociedade brasileira.
280 Primeiro compreender que estamos há uma década discutindo esse conceito e essa proposição e
281 muito fruto de uma constatação da superação das condições de realização da reforma agrária clássica
282 no nosso país. A forma como a burguesia nacional, a forma como o agronegócio avançou no campo
283 brasileiro, ele colocou um limite na possibilidade inclusive de realização da reforma agrária clássica
284 como uma condição para o desenvolvimento do capital. E a partir disso que compreendemos que
285 precisaríamos propor uma outra forma para que continuássemos resistindo no campo a esse avanço
286 do capital, mas também apresentando alternativas aos camponeses e camponesas para resistir no
287 campo. Então a reforma agrária popular ela é um projeto de agricultura para o campo brasileiro, para
288 sociedade brasileira que se estrutura em 03 (três) grandes pilares. Então a nossa proposta traz o
289 primeiro pilar que estrutura essa proposição, que é o pilar da produção de alimentos saudáveis, não
290 podemos e nem tem como conceber uma reforma agrária que não tenha na sua centralidade a
291 produção de alimentos, não qualquer alimento, é a produção de alimentos saudáveis para alimentar
292 o povo brasileiro. O segundo pilar que nossa proposição traz é o cuidado com os bens da natureza: a
293 terra, as águas, as matas, as florestas, a biodiversidade, que precisa também ser compreendido
294 dentro de um processo que necessita ser cuidado e que é condição inclusive para reprodução da
295 agricultura, para o fazimento da agricultura, mas também é condição para a vida humana e todas as
296 formas de vida no nosso planeta, desta geração e das futuras. E por fim, o terceiro pilar é que a
297 reforma agrária popular na sua realização em toda a sua complexidade, ela pode e deve contribuir
298 para resolução de problemas estruturais vivenciado pelo conjunto da sociedade. E esses problemas
299 são os problemas que vivemos no campo e na cidade, mas, sobretudo, na cidade, no cotidiano. Então
300 é o enfrentamento à fome, é o enfrentamento ao inchaço populacional, visto a concentração no
301 processo crescente de urbanização no último século, é o debate das mudanças climáticas e como
302 isso afeta quem está no campo, mas também tem afetado quem está na cidade e nunca foi tão real
303 isso. Nós escutávamos em outros tempos: “Olha, vai faltar água, vai ter aquecimento, a temperatura
304 do planeta vai aumentar”, mas não é mais previsão futura, estamos vivenciando e isso tem afetado
305 todas as formas de vida na sociedade. Então a reforma agrária popular precisa também contribuir
306 para resolução desses problemas que é vivenciado pelo conjunto da sociedade. E o próprio uso
307 intensivo dos agrotóxicos e as doenças causadas em decorrência desse uso, a questão do
308 desemprego, o inchaço das cidades. Então esses são os 03 (três) pilares que estruturam a reforma

309 agrária, a nossa proposição. E para isso é essencial que, como condição, a luta pela terra e pela
310 reforma agrária não podem ser vistas e entendidas apenas como assunto de sem-terra ou daqueles
311 e daquelas que estão no campo. É necessário a compreensão de que a reforma agrária e a luta pela
312 terra precisa ser assunto de todos, porque quem está na cidade também vivencia as consequências
313 da não realização da reforma agrária e da hegemonia do modelo do agronegócio na nossa sociedade.
314 Então, a nossa proposta traz diversos temas, desde a produção de alimentos saudáveis, da questão
315 do clima, das diversas dimensões da vida e do cotidiano do povo do campo, mas eu vou me deter
316 aqui de forma específica ao tema terra, o que são as proposições que temos trazido para distribuir a
317 terra para todos e todas que querem trabalhar e viverem no campo. Então primeiro, democratizar o
318 uso, acesso, posse e propriedade da terra, dos bens da natureza e os meios de produção na
319 agricultura, vinculados aos interesses e necessidades sociais, econômicas, políticas, ambientais, do
320 conjunto do povo brasileiro. A segunda proposição, garantir o direito à posse, uso e a demarcação
321 para todos que vivem no campo. Os camponeses e camponesas, os povos indígenas e quilombolas,
322 ribeirinhos, pescadores e comunidades tradicionais. Priorizar a desapropriação de terras nas
323 fazendas maiores improdutivas, e principalmente de empresas estrangeiras, das empresas do setor
324 secundário que, na verdade, usa a propriedade da terra muito mais no aspecto especulativo e não
325 dando, de fato, a função social, em especial na produção de alimentos. Desapropriar, para fins de
326 reforma agrária, todas as terras que não cumprem com a função social, relativa ao uso produtivo,
327 mas também às condições sociais e trabalhistas dos trabalhadores e trabalhadoras e a preservação
328 do meio ambiente como preconiza a nossa Constituição. Penso que o César pode falar melhor sobre
329 o desafio das desapropriações. Nós teríamos um grande número de hectares de terras disponíveis
330 para reforma agrária se o preceito da constitucionalidade fosse efetivamente aplicado em nosso país.
331 Existem muitas situações em que não precisa ser perito agrário, mas a visualizamos isso de forma
332 muito clara. Confiscar todas as terras públicas devolutas que foram griladas por fazendeiros e
333 empresas e destiná-las para fim de reforma agrária. Impedir que as terras nas zonas de fronteiras do
334 país sejam entregues para grandes empresas, sobretudo, as de capital estrangeiro. Estabelecer um
335 limite máximo do tamanho da propriedade das terras agrícolas no Brasil, como posse e propriedade
336 de único proprietário. Combater todas as formas de cobrança de renda de terra ou arrendamento
337 em áreas rurais. Muitas vezes a terra para cumprir essa função da especulação deixa de ser priorizada
338 para a produção de alimentos. E o uso a posse da terra tem que estar comprometido com a defesa
339 da natureza, de uma produção em equilíbrio com a convivência com os bens naturais da natureza. E
340 vocês podem dizer assim: “Ah, Débora, mas tem questões que são questões que só numa revolução
341 ela vai acontecer”. Sem sombra de dúvida, sabemos que são questões que estão muito longe do que
342 é inclusive o nosso arcabouço jurídico hoje e, principalmente, se levarmos em consideração os
343 elementos que o Frigo trouxe, do ponto de vista da correlação de força que existe hoje. Nós temos
344 um Congresso hegemonizado pela frente parlamentar da agricultura, que tem permanentemente
345 buscado flexibilizar a legislação para garantir recursos, porque além do sequestro do estado ponto
346 de vista da legislação a seu favor, tem também sequestrado o Estado ponto de vista dos recursos
347 orçamentários. Basta a ver o Plano Safra, sem contar outras fontes e outras formas que esse setor
348 tem acessado os recursos públicos, inclusive com um discurso que precisamos desconstruir. Porque
349 o grande discurso é que o agronegócio que carrega o Brasil, o que não é verdade e não podemos
350 admitir que um setor se ache pop, tec, tão eficiente, e coexista com milhões de brasileiros e
351 brasileiras passando fome. Não podemos naturalizar e deixar que a sociedade seja enganada que
352 esse modelo resolve os problemas do nosso país, quando estamos vendo o nosso país pegar fogo e

353 aquilo que tem de biodiversidade sendo destruída, muitos lugares de produção de alimentos serem
354 destruídos e achamos que isso é natural e não responsabilizar quem tem promovido isso e de fato
355 é o culpado. E, por fim, até para que isso não seja algo que esteja numa perspectiva utópica ou
356 distante daquilo que é necessário da nossa materialidade, há algumas necessidades básicas que
357 precisam ser atendidas nesse sentido. Primeiro é enfrentar e mudar a correlação de forças impostas
358 por um Congresso hegemônico pelo agronegócio. E como fazemos isso? Fazemos com o
359 envolvimento da sociedade. Nós precisamos dialogar mais com a sociedade para que a sociedade
360 compreenda que o problema da fome no Brasil não é necessariamente a falta de produção agrícola
361 do nosso país, mas é a forma como é distribuído. Isso tem relação com o próprio debate da luta pela
362 terra e da luta pela reforma agrária. Então precisamos dialogar com a sociedade. Segundo, a
363 necessidade de destinação orçamentária necessária. O governo tem avançado, mas é insuficiente
364 para demanda e para o passivo que temos. Nós temos mais de 65 mil famílias acampadas há 05, 10,
365 15, até 20 anos. Então é preciso que isso seja priorizado e só se faz isso com recurso. Outra
366 necessidade é o próprio fortalecimento do MDA. Reconhecemos a importância e a coragem do
367 governo Lula com a recriação do MDA, mas esse MDA precisa ser fortalecido e também com recursos
368 financeiro e humano. E por fim, a reestruturação do INCRA. O INCRA que é o órgão responsável por
369 fazer a reforma agrária, que foi esvaziado e desestruturado durante o governo Temer e Bolsonaro, e
370 isso passa por sua reestruturação e fortalecimento inclusive pela valorização dos servidores. Hoje é
371 discrepante, um mesmo agrônomo formado numa mesma universidade, se está no MAPA, ganha um
372 salário, se está no INCRA, para trabalhar na reforma agrária, ganha um salário muito aquém do que
373 aquele agrônomo ganha. Então a necessidade de avançarmos nesses aspectos e isso só vai ser
374 possível, e é o papel do movimento social, o chão onde piso, pela alteração na correlação de força,
375 com muita luta e com muita organização, e esse é o papel do movimento social. Porque para
376 enfrentar esse Congresso que tem buscado cotidianamente acabar com a reforma agrária,
377 criminalizar aqueles que se organizam e que luta nesse país, é necessário que façamos a luta e
378 entendemos que essa luta não pode ser apenas dos camponeses e camponesas sem-terra, não pode
379 ser apenas dos povos indígenas, dos quilombolas, mas precisa ser de toda a sociedade. **Sra. Maria**
380 **Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)** - Débora, muito obrigado pela sua contribuição. Ouvindo a
381 companheira Débora, nos remete a fazer algumas reflexões importantes. Quando falamos do direito
382 à terra, estamos falando da justiça social. Que justiça social é essa, que desde da sua constituição
383 em 1934 apontava a luta pela terra. Mas o que que avançou? O que andou? Eu acho que é importante
384 fazermos esse balanço de onde estamos inclusive para podermos saber o passo à frente. E agora para
385 continuarmos, inclusive além das falas com essas reflexões, trazemos o companheiro César Aldrighi,
386 presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA. Dez minutos. **Sr. César**
387 **Aldrighi (Presidente do INCRA)** - Bom dia a cada um e a cada uma aqui do Conselho Nacional de
388 Segurança Alimentar, espaço privilegiado de formulação com tantas pessoas comprometidas com a
389 segurança alimentar e com o compromisso do presidente Lula de tirar o Brasil do MAPA da fome.
390 Agradeço à equipe a oportunidade de discutir com vocês esse tema que foi um dos temas que o
391 Conselho elegeu como um dos pontos centrais para trabalharmos a segurança alimentar do nosso
392 país. O tema que me foi apresentado é “A Reforma Agrária na Agenda do Governo: avanços, desafios
393 e perspectivas” e eu vou transitar sobre ele. Faço alguns pequenos registros iniciais. Estamos aqui
394 discutindo perspectivas, avanços, desafios, porque todos nós aqui no fim de 2022 elegemos o
395 presidente Lula que restabeleceu a democracia nesse país e com isso, passamos a pensar em
396 segurança alimentar, passa a pensar na possibilidade de retomar a reforma agrária. Então não seria

397 possível estarmos aqui se todos da sociedade brasileira não tivéssemos eleito o presidente Lula. O
398 presidente Lula, no seu terceiro mandato, e esse é um registro importante para o tema que vamos
399 tratar aqui, não é o presidente Lula 1, não é o presidente Lula 2 não é o mandato da presidenta Dilma,
400 é um presidente que ficou preso mais de 500 dias e que tem um profundo carinho e apreço pelos
401 movimentos sociais de luta pela terra e isso dá um outro caráter na discussão, de centro no governo
402 do tema da reforma agrária, do tema de acesso à terra e é isso que eu vou tentar demonstrar aqui,
403 um tema que o presidente da República, a partir da recriação do Ministério do Desenvolvimento
404 Agrário, essa decisão que Frigo, Débora, registram e que Fernanda vai me ajudar a complementar, a
405 decisão de trazer o MDA com a reforma agrária, com a Conab para segurança alimentar, com a Anater
406 para promoção da extensão rural e o conhecimento para agricultura familiar com os espaços de
407 comercialização da Ceagesp, da Ceasa Minas, eu acho que isso demonstra a retomada de um
408 ambiente importante. E o presidente Lula nos chama para debater a reforma agrária pela profunda
409 relação que ele passou a ter com os movimentos sociais no período em que ele foi injustamente
410 afastado e preso e que retoma na perspectiva de que é preciso avançar a reforma agrária como uma
411 possibilidade de rediscutir o desenvolvimento agrícola e agrário do país. Feito esse registro, na
412 primeira lâmina o presidente Lula na nossa primeira conversa sobre o que faríamos para reforma
413 agrária no governo, Fernanda estava junto, ele ficou mais de 20 minutos olhando. É o mapa da
414 concentração fundiária no país que o Frigo se referiu no início que é fruto do cadastro de terras do
415 INCRA. Temos 1,4% dos imóveis, que são 89 mil imóveis, que tem 61% do território nacional, então
416 tem uma grande concentração. Dois milhões e meio de imóveis, 39%, possuem até 10 hectares; 5
417 milhões de imóveis, 78%, até 50 hectares. Eles ocupam 09% do território nacional. Então não é
418 possível começarmos a discutir a reforma agrária, o que fazer, o que implementar, sem olharmos
419 que, apesar dos esforços, apesar do número de assentamentos que vou mostrar a frente, a terra
420 continua concentrada e o Frigo tem toda a razão. Aqui o fruto da nossa relação com os movimentos
421 sociais, o que a concentração da terra promove? A exclusão de um grande número de famílias, aqui
422 está em vermelho, verde, amarelo, o trabalho que fizemos em conjunto com o MST, Contag, Fetraf
423 e FNL no levantamento do início desse ano. Eram 125 mil famílias acampadas, distribuídas dessa
424 forma: em vermelhos os acampamentos de MST, em verde os da Contag, em amarelo os da Contraf
425 e em azul os da FNL. Então temos 25 estados com acampamentos, pessoas que lutam pela terra.
426 Fruto também da concentração são os conflitos registrados pela Câmara de Conciliação Agrária do
427 INCRA, de 2017 a 2023. Vejam que os conflitos agrários guardam uma semelhança de distribuição no
428 território com os acampamentos dos movimentos. A partir do diagnóstico da constatação da
429 concentração e da demanda por terra, passamos a formular em conjunto com o MDA, em conjunto
430 com o centro de governo, com a participação direta do presidente da República, uma estratégia de
431 organização das formas de obtenção de terras para apresentar para sociedade o Programa Terra da
432 Gente. É uma nova estratégia de destinação de terra que tem como finalidade organizar as diversas
433 alternativas e traz uma decisão que o presidente Lula publicada em 05 (cinco) decretos, de retomar
434 a reforma agrária e o acesso à terra no país. Então para mais acesso à terra, mais inclusão produtiva,
435 produção de alimentos, paz no campo, enfim, todas as questões. Eu vou mostrar depois que
436 passamos os 03 (três) anos de governo Temer, os 04 (quatro) anos do último presidente, onde fomos
437 jogados às traças do ponto de vista da luta pela terra e da ação da reforma agrária que o INCRA
438 deveria fazer. Então num primeiro momento, o presidente publicou um decreto retomando a política
439 de crédito para o desenvolvimento dos assentamentos, que chamamos de Crédito Instalação. O
440 INCRA naqueles últimos anos foi direcionado somente para titulação das áreas de assentamento.

Então mexer com um Titanic que é uma instituição que cuida reforma agrária, você precisa de uma ferramenta forte e essa ferramenta foi o decreto que ele instituiu o Crédito Instalação, tendo valores para habitação e modalidades para o desenvolvimento de assentamentos. Ele também, um outro decreto, retomou a Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas. A transição de governo mostrou que o governo passado abriu mão de mais de 20 mil hectares na Amazônia Legal para criação de assentamentos. O outro decreto foi de seleção de famílias. O governo passado tirou a pontuação do processo de seleção para as famílias acampadas. Então se entrássemos no governo, selecionássemos os mais de 400 processos paralisados no governo passado, não selecionaremos nenhuma família que estivesse acampada, porque eles tiraram a pontuação. O quarto decreto foi este que instituiu o Programa Terra da Gente, com 17 modalidades de obtenção de terra, que organiza terras de bancos públicos, terras de grandes devedores, e nos dá a possibilidade de formular uma estratégia de obtenção de terras. E o quinto decreto que foi há poucos dias, foi a reestruturação do INCRA. Tivemos nos 08 (oito) anos passados que o INCRA foi tirado da sua estrutura, da sua essência. Um órgão de terra que não tem como fiscalizar a função social da propriedade e que tira dele a diretoria de obtenção de terras, você tira a capacidade de intervenção fundiária. Então o presidente Lula no último decreto recria a Diretoria de Obtenção de Terras, cria pela primeira vez a Diretoria de Quilombolas, que demonstra que o INCRA e o governo passam a ter uma unidade importante para retomada e identificação, delimitação e titulação dos territórios quilombola. Retoma o Pronera como um programa que leva ao conhecimento e a formação ao público da reforma agrária, e recria a Superintendência do Médio São Francisco onde há disputa da água e dos perímetros irrigados. Não foi a reestruturação dos sonhos, pedimos 400 DAS, conseguimos 120, então é o que foi possível e eu vou mostrar o que estamos tentando fazer. No Programa Terra da Gente que o presidente Lula aprovou, a proposta do programa é a inclusão de 295 mil famílias, as cores ali são em azul, novos assentamentos de reforma agrária, em laranja, famílias regularizadas, e em verde, famílias reconhecidas. Todo o processo aqui de luta pela terra resultou hoje em 9.533 assentamentos, esse é o quadro da reforma agrária no Brasil. São 44% dos assentamentos estão na região Norte, 35% no Nordeste, 14% no Centro-Oeste. Então há um desafio de buscar acesso à terra das 125 mil famílias acampadas, das 295 mil famílias que se propõe o Terra da Gente até 2026, também promover a viabilização dos atuais assentamentos e territórios quilombolas distribuídos no país. Aqui é fruto de um trabalho enorme feito para apresentar ao presidente Lula. Aqui tem uma análise desde 1995, no governo Fernando Henrique, até 2026, o gráfico é a inserção de famílias na reforma agrária. A parte escura debaixo é novo assentamento, a parte laranja é regularização e a verde é reconhecimento. Então vocês observem que passamos no ano de 2015, quando a presidente Dilma sofreu o injusto impeachment, é paralisado o processo de reforma agrária e propomos um conjunto de ações obtendo terras de bancos públicos que já estão no patrimônio do banco, de empresas públicas e o cálculo que fizemos para o presidente Lula é: para assentarmos 100 mil famílias acampadas, cada uma com 40 hectares em média, precisamos ter em torno de 4 milhões de hectares de terra. Fizemos um acordo com o Banco do Brasil, o Banco do Brasil tem 326 imóveis, 260 mil hectares no seu patrimônio, estamos tratando com o Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda tem sido fantástico na organização e disponibilização de recursos. O Banco do Brasil tem sido disponível. Com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, fizemos um acordo de cooperação. O INCRA acessa o CBNPJ e o CPF dos devedores da União, cruza com o banco de terras, aquele primeiro que está no gráfico da estrutura fundiária, e a temos um banco de dados devedores da União que tem terra. Precisamos de 04 milhões e temos em torno de 12 milhões

485 de hectares de terra na mão de pessoas que devem à União. Então é um processo lento, como disse
486 o Frigo, como disse a Débora, é um processo de disputa, mas que está muito focado para que
487 acessemos essas áreas para criar os assentamentos. Aqui o segundo eixo que é o acesso à terra. Isso
488 é terra incorporada no processo de reforma agrária, de 1995 a 2026. Então aqui para ver o que
489 aconteceu de 2012, 2016, para frente, em termos de obtenção de terra. O que nos possibilitou
490 assentar 50 mil famílias no ano passado foram os processos que foram paralisados nos últimos 08
491 (oito) anos. E aqui um gráfico para olharem o comportamento dos últimos 30 anos. Aqui é o
492 orçamento. O orçamento da reforma agrária que a Débora falou, em vermelho é a obtenção de
493 terras, azul são crédito instalação e as outras políticas estão em cima. Vocês vejam que o Ministério
494 da Fazenda nos abriu um crédito de 500 milhões para áreas do Banco do Brasil. O vermelho, 700
495 milhões para adjudicação de áreas, então temos um orçamento para correr atrás de áreas para criar
496 assentamentos, mas ainda precisamos de recursos para o desenvolvimento de assentamentos que
497 são aquelas outras cores em cima. Tem um avanço enorme do conjunto do governo, reforma agrária
498 a partir da chamada do presidente Lula para criar o Terra da Gente não é mais uma tarefa só do
499 INCRA e do MDA, temos uma parceria enorme com a Casa Civil, o ministro Haddad tem sido um
500 parceiro enorme para disponibilizar os recursos para adjudicação de terra de devedores, para
501 aquisição de terras do Banco do Brasil. Isso nos dá um ânimo de que a partir do momento que
502 precisamos inserir as 295 mil famílias previstas, que vamos conseguir ampliar o orçamento. Em
503 termos de assentamentos, os 9 mil assentamentos atuais, em 2023/24, já criamos 87 assentamentos
504 para 8 mil famílias, são 328 mil hectares. Outros 29 projetos de assentamento estarão sendo criados
505 nos próximos dias com a arrecadação de 279 mil hectares de terra pública que o governo não fazia
506 nos últimos 10 anos. Em termos de territórios quilombola, a determinação do presidente Lula é que
507 retomemos a identificação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas. São 1.800 processos
508 abertos no INCRA, 326 com o relatório técnico RTID elaborado, 232 Portarias de reconhecimento,
509 363 decretos e 101 títulos. Em 2023/24, já incluímos 20 RTID, 70 Portarias, 12 decretos, 32 títulos.
510 264 RTIDs estão em elaboração, 30 kits de decreto prontos para tramitar e serem assinados pelo
511 presidente. Área de 1 milhão e 900 mil hectares destinadas por Portaria aos territórios quilombola,
512 área decretada de 596 milhões de hectares e temos 24 territórios quilombolas que já concluímos
513 totalmente a sua titulação. Os territórios quilombola são áreas demarcadas com vários imóveis
514 dentro, então temos que ir desapropriando um a um, cada um vira um título. Então temos, a grande
515 maioria dos quilombos, um título não significa titular todo o território, se titula parcialmente. Então
516 esse é um pouco o quadro daquilo que já conseguimos consolidar. Eu acho que temos como grandes
517 desafios aquilo que já foi colocado pela Débora, pelo Frigo. A desapropriação para aquisição, ou seja,
518 novas áreas sendo incorporadas, seja para territórios quilombolas, seja para assentamentos, e
519 desapropriação não significa que o proprietário não vai receber pela terra. O INCRA avalia a terra e
520 o proprietário recebe as benfeitorias em dinheiro e a terra em Título da Dívida Agrária (TDA). Para
521 isso, precisamos orçamento, aquelas colunas lá do final. E temos um problema enorme, que é a
522 valorização das *commodities*, temos terra cara no Sul, Sudeste, Centro-Oeste, então esse é um dos
523 grandes desafios, recompor o orçamento, conseguir obter terra nessas regiões e construir até 2026,
524 com essa formulação do Terra da Gente, não um terceiro PNRA, mas retomarmos o processo de
525 obtenção de terra, de criação de assentamentos, de acesso das famílias à terra, de discussão das
526 políticas de desenvolvimento e produção de alimentos e agroecologia nos assentamentos, de
527 preservação do meio ambiente. Nós entramos no governo no ano passado com seca no Rio Grande
528 do Sul, chuva no Amazonas, depois inverteu, seca no Amazonas, enchente no Rio Grande do Sul,

529 agora temos incêndios. Então a reforma agrária, o acesso à terra pela agricultura familiar com
530 extensão rural, com políticas de apoio, que a Fernanda vai falar depois, eu acho que ela é uma grande
531 possibilidade de avançar no acesso à terra e os territórios, e com isso contribuir para preservação do
532 meio ambiente, para dignidade das famílias assentadas, quilombolas, comunidades tradicionais, e
533 contribuirmos com o debate que está nesse Conselho e a contribuição dele para o governo do
534 presidente Lula. Nossa equipe do INCRA, junto com o MDA vai estar sempre à disposição, Betta e
535 companheiros aqui do Conselho, para tirar dúvidas, esclarecer e preparar o tecido até 2026 para
536 formularmos o avanço da reforma agrária no Terceiro Plano Nacional de Reforma Agrária e os
537 trabalhadores possam acessar esse imenso país que temos. Muito obrigado. **Sra. Maria Josana de**
538 **Lima Oliveira (Contraf Brasil)** - Obrigado, companheiro César Aldrighi. Então para concluir a nossa
539 mesa, convidamos agora a Secretária-Executiva do MDA, Fernanda, para trazer o compromisso, a
540 prática, trazer a questão da estratégia para garantir e ampliar o acesso de assentados da reforma
541 agrária às políticas sociais e às políticas desenvolvimento rural. Fernanda, 10 minutos. **Sra. Fernanda**
542 **Machiaveli (Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**
543 **- MDA)** - Bom dia para todas, bom dia para todos. Quero cumprimentar aqui os meus colegas da
544 mesa, a companheira Josana da Contraf, a Débora da direção do MST, presidente do INCRA César
545 Aldrighi, cumprimentar a presidente do Consea, Betta Recine, e todos os conselheiros e conselheiras
546 do Consea. É uma grande satisfação estar aqui debatendo esse tema que é tão crucial do nosso
547 processo, nosso projeto de desenvolvimento. Cumprimento também todos os servidores e
548 Secretários, estou vendo aqui a Secretária Ana Terra, do MDA, a equipe do MDA, o presidente da
549 Ceagesp, o Pechtoll, e reconhecer aqui toda a equipe do MDA e do INCRA que tem trabalhado
550 arduamente para retomada do processo de reforma agrária. O César mostrou bastante essa rota que
551 traçamos desde o início de 2023 com o início do governo do presidente Lula. Foi um processo de
552 reconstrução, de reestruturação de uma política pública que estava completamente desmantelada.
553 Os assentamentos da reforma agrária e o processo de obtenção de terra estavam paralisados e o
554 desenvolvimento dos assentamentos, suspenso. O único foco do INCRA era regularização fundiária
555 por meio daquele programa Titula Brasil. Tivemos que redirecionar a instituição trazendo os
556 servidores públicos por um processo de valorização. Então embora essa diferença que a Débora
557 mencionou exista, nessa rodada de negociação salarial, os servidores do INCRA conseguiram obter o
558 mesmo aumento que os servidores do MAPA. Isso foi um processo importante para que uma carreira
559 de reforma agrária pudesse estar estruturada e com perspectivas. Também conseguimos um
560 concurso de 700 servidores para o INCRA que estão chegando, o concurso foi durante o CNU, além
561 desse processo de ampliação da estrutura do INCRA em 120 pontos. É bom dizer, o MDA também foi
562 estruturado, conseguiu 90 pontos, privilegiamos realmente a reestruturação do INCRA, porque de
563 todas as autarquias era que tinha sido mais desmantelada durante o governo do presidente Temer
564 e, na sequência, pelo governo do Bolsonaro. Então assim, tivemos realmente uma autarquia que foi
565 bastante prejudicada e desmantelada, que foi um método bastante utilizado durante o governo
566 anterior para paralisar políticas públicas. Nesse processo de reconstrução, enfrentamos esse desafio
567 de pensar estratégias para obtenção de terra para acelerar e aumentar o nosso estoque, ao mesmo
568 tempo que fazemos os assentamentos com estoque existente de terras e, paralelamente,
569 fortalecemos a construção de políticas públicas direcionadas para os assentados da reforma agrária.
570 E esse é o foco aqui, complementar além da obtenção, o que está sendo feito, olhando para o
571 fortalecimento dos assentamentos da reforma agrária. Nesse sentido, uma grande luta que estamos
572 travando e travamos, foi a ampliação do orçamento do INCRA, e com a força dos movimentos sociais,

573 com a importância das reuniões de escuta do presidente Lula, com diálogo com os Conselhos, esse
574 assunto também conseguiu chegar no centro de governo e temos conseguido expandir o orçamento
575 destinado para reforma agrária e para políticas de desenvolvimento rural, de uma forma acelerada.
576 Não conseguimos alcançar os patamares que já tivemos em governos anteriores. Passamos a PEC da
577 transição que reestruturou o orçamento para o MDA com 200 milhões a mais, mas para o INCRA
578 manteve a mesma coisa. Então temos aumentado ao longo do governo por meio dessas
579 suplementações que César mencionou. O MST conseguiu uma reunião muito proveitosa, muito
580 produtiva com o presidente Lula, que o João Pedro Stédile começou dizendo que ia durar 2 horas,
581 começou às 10 da manhã e terminou às 06 da tarde, a Débora estava lá. Então foi uma reunião que
582 conseguiu passar por todos os pontos da pauta e que a partir daí tiveram uma série de diretrizes que
583 conseguimos imprimir e que agora temos dialogado no processo de respostas. Então para começar,
584 o Rio Grande do Sul, os assentamentos do Rio Grande do Sul foram severamente afetados durante
585 esse período das enchentes. Então na semana passada conseguimos um crédito extraordinário de
586 160 milhões para reconstruir estradas, todas as habitações, as estradas dentro dos assentamentos e
587 também um crédito fomento de R\$ 16 mil reais por família. É um crédito em grande parte dele não
588 reembolsável e esse crédito de R\$ 16 mil reais vai permitir a retomada produção nos assentamentos
589 da reforma agrária em todos os municípios que foram atingidos pelas enchentes e pela força das
590 águas no Rio Grande do Sul. Então isso já come a primeira parte dos 160 milhões e já há uma
591 pactuação com a Casa Civil que vai haver mais uma destinação de recursos para os demais
592 assentamentos que ainda não estão com seus projetos produtivos concluídos. Então isso foi uma
593 grande conquista desse período recente. Além disso, estamos trabalhando na questão do Pronaf A.
594 O Pronaf A é o Pronaf destinado para assentados da reforma agrária como primeiro acesso ao
595 crédito. Então começa o processo de estruturação, você tem acesso ao Crédito Instalação e depois
596 numa rota de estruturação, o próximo passo seria acessar o Pronaf A e finalmente acessar os Pronafs
597 das outras linhas na sequência. Conseguimos já nessa safra dobrar o valor do crédito que realmente
598 chega nos assentados da reforma agrária. Além disso, estamos disponibilizando agora uma segunda
599 linha do Pronaf A no Rio Grande do Sul e a partir dessa experiência conseguimos pactuar com o
600 Ministério da Fazenda uma segunda operação de Pronaf A para todos os assentados. Porque como
601 essa é uma operação inicial, ela tem um rebate de 40%, então você pode pegar até 50 mil e paga
602 com 40% de desconto se você pagar em dia. Então por isso estávamos discutindo uma retomada do
603 Pronaf A e um juro de 0,5% ao ano, no custeio e 1,5% no investimento e conseguimos então a
604 autorização agora para fazer uma nova rodada. Mas não queremos só o acesso ao Pronaf A,
605 queremos que os assentados da reforma agrária consigam acessar as demais linhas do Pronaf. E
606 nesse sentido, uma demanda que foi trazida para nós foi a questão das dificuldades de acesso ao
607 crédito por dívidas ou processos de renegociação de dívidas que aconteceram no passado. Essa
608 questão chegou até o presidente, o presidente chamou o Banco do Brasil, o ministro Paulo Teixeira
609 estava junto com o ministro da Fazenda, para determinar que houvesse um processo de
610 renegociação, mas principalmente que conseguíssemos retirar os trabalhadores rurais, os
611 agricultores familiares e os assentados da reforma agrária que em algum momento da sua trajetória
612 de vida precisaram fazer uma renegociação e saíssem daquilo que ele batizou de prisão perpétua.
613 Que é assim: você fez uma renegociação há 20 anos atrás, você não consegue mais acessar crédito
614 no Banco do Brasil porque você gerou um prejuízo ao banco. E vale para todo o sistema bancário.
615 Então desenvolvíamos novas linhas, mas os assentados não conseguiam acessar se eles tivessem tido
616 qualquer problema no passado. Esse problema agora já tem uma proposta de solução, estamos

617 terminando o Desenrola Rural, vai ser uma nova e grande frente, uma estratégia para reincluir os
618 agricultores familiares e os assentados da reforma agrária no processo de acesso ao crédito. É
619 importante também dizer que falaram bastante aqui, o Darci, ele falou bastante sobre a questão do
620 Planapo com o Pronara, e essa é uma briga que travamos em parceria com a Secretaria-Geral, com a
621 Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com grande empenho do ministro Paulo
622 Teixeira e do ministro Márcio Macedo, o empenho aqui do Consea e de outros Conselhos que
623 também tem priorizado a questão da agroecologia nas suas discussões. O Planapo foi construído com
624 ampla participação e a proposta que nos chegou teve uma dificuldade de negociação interna ao
625 governo e superamos com a mediação do próprio presidente. Então tivemos a decisão sobre o mérito
626 e vai ter o objetivo de construir o Pronara dentro do Planapo, com as iniciativas preservadas. Então
627 é com muita alegria que compartilhamos que em breve o Planapo vai estar sendo lançado
628 exatamente do jeito que a sociedade civil idealizou, com a meta de construção do Planapo, com a
629 tarefa delegada para Secretaria-Geral de coordenar o processo de construção do Pronara e com duas
630 outras iniciativas, uma delas do Ministério do Meio Ambiente e da Saúde, que é pensar estratégias
631 uma ação para minimizar os impactos do agrotóxico no meio ambiente e na saúde e uma outra ação
632 que foi sugerida pelo próprio MAPA, que é pensar um processo de substituição de agrotóxicos
633 altamente tóxicos para o meio ambiente e perigosos para saúde e também vai passar por um
634 processo de investimento em pesquisa e desenvolvimento que envolvem outras instituições que
635 também já estão sendo mobilizadas do Governo Federal como a Finep, que financia o processos de
636 pesquisa e desenvolvimento e vai ser também um pilar fundamental da nossa estratégia. Então agora
637 temos um mandato, um comando do presidente para pensar e implementar a estratégia para
638 redução de uso de agrotóxicos. E esse programa que vai ser construído com participação da
639 sociedade civil e vai ser também uma das grandes marcas desse terceiro governo Lula. A educação
640 no campo é uma grande prioridade para os movimentos do campo de forma geral. Retomamos o
641 Pronera, o INCRA estruturou uma área específica para coordenar esses cursos, o MEC aportou 22
642 milhões para o processo de alfabetização de jovens e adultos por meio do Pronera, executamos todo
643 o orçamento, tem mais 13 milhões chegando num projeto de lei que está agora tramitando no
644 Congresso e para o ano que vem já conseguimos 48 milhões para o orçamento. Ou seja, o orçamento
645 do Pronera volta a ter uma magnitude suficiente para impulsionarmos não só a alfabetização, que já
646 está sendo financiada pelo próprio MEC, mas agora um orçamento robusto para os cursos de
647 formação superior que utilizam a metodologia e a pedagogia da alternância. Continuando temos um
648 programa e que também é muito importante para toda a agricultura familiar, para os povos e
649 comunidades tradicionais, para os assentados da reforma agrária, que é o Programa de Aquisição de
650 Alimentos, executado sobre a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social, em parceria
651 com o MDA, implementado por estados e municípios e pela Conab, esse é um programa que é
652 fundamental para nossa segurança alimentar e também para desenvolvimento da agricultura
653 familiar. E nessa parceria por meio da Conab, conseguimos chegar em quilombolas, em povos e
654 comunidades tradicionais, indígenas e nos assentados da reforma agrária. Na execução do programa,
655 conseguimos mais de um bilhão de projetos, executamos uma parte muito grande dessa carteira. O
656 orçamento era de 500 milhões, mas conseguimos executar mais de 900 milhões com
657 complementações que foram sendo aportadas. O que presidente determinou nessa reunião sobre
658 fortalecimento das políticas públicas para agricultura familiar e reforma agrária foi uma ampliação
659 do orçamento do PAA em relação ao que estava já sendo negociado. Então são mais 400 milhões
660 para o PAA que vão ser executados pela Conab, destinados com orientação clara que foi dada, para

661 privilegiar as organizações da agricultura familiar, juntamente com os povos e comunidades
662 tradicionais e com os quilombolas, então temos também esse importante anúncio. No total, acho
663 que vai terminar quase setecentos e poucos milhões para o PAA executado pela Conab. Além dessa
664 política pública, temos a questão da regularização massiva dos assentamentos que está em curso; a
665 ampliação do orçamento do INCRA é para obtenção e para o Crédito Instalação. Crédito Instalação
666 que é essa política que garante a moradia, que garante a produção, estrutura os assentamentos, e já
667 começa a ser executado. Tinha também uma demanda muito forte dos movimentos do campo que
668 era pagar o Crédito Instalação não só para quem está chegando no assentamento, mas também
669 conseguir fazer com que assentados que estão lá há muito tempo e que nunca receberam esse
670 Crédito Instalação passassem também a receber ao menos o seu apoio inicial. E essa demanda
671 chegou para o ministro Paulo Teixeira, chegou para o presidente César Aldrichi, em debate que
672 conseguimos lá na alta gestão direcionar um recurso que já está sendo pago para os assentados em
673 assentamentos consolidados. São assentamentos que já existem há muito tempo e que nunca
674 haviam recebido esse crédito, que é aquele ponto de partida para uma estruturação. E, por fim,
675 estamos trabalhando em vários projetos estruturantes trazidos por várias organizações, pensando
676 fábricas de bioinsumos, pensando fábricas de maquinários destinados para agricultura familiar, a
677 partir de parcerias público-privado-populares, como deram o nome. Então tem uma série de ações
678 também com investimentos do BNDES, da Finep, do MCTI, pensando na estruturação dessas
679 pequenas fábricas para conseguir garantir então também um desenvolvimento rural pensado e
680 planejado pelas próprias organizações do campo. E nesse conjunto de ações que tem sido muito
681 importante para retomada do nosso projeto de desenvolvimento rural sustentável, solidário,
682 teremos um momento de celebração com esse olhar da produção dos alimentos, que será no dia 16
683 de outubro. Vamos ter uma agenda para celebrar o Dia Mundial da Alimentação aqui no Palácio do
684 Planalto e é nessa ocasião que esperamos lançar o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, se a
685 Caisan aprovar, o que está planejado para amanhã. E também estamos propondo que seja lançado
686 o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica na mesma ocasião. Então temos muito para
687 caminhar porque quando publicamos um plano é o início de um processo no qual temos ainda há
688 tudo por implementar. Mas esses dois planos foram construídos com ampla participação da
689 sociedade e vão se somar ao conjunto de estratégias do Plano Brasil Sem Fome, o nosso Plano de
690 Segurança Alimentar, que são instrumentos que se complementam com um projeto de
691 desenvolvimento que é comum, partindo da sociedade civil que é chave para definir e construir a
692 caminhada por uma produção e consumo de alimento saudável, para garantir a segurança alimentar
693 para todas as famílias brasileiras e que essa produção venha da agricultura familiar, dos povos e
694 comunidades tradicionais e venha também da reforma agrária, porque sabemos que sem acesso à
695 terra não há abastecimento, não há agroecologia e não há segurança alimentar. Então reafirmamos
696 esse compromisso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do ministro Paulo Teixeira, do nosso
697 presidente Lula, com essa pauta tão importante que é a reforma agrária e a estruturação e o
698 desenvolvimento dos assentamentos. Obrigada. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)**
699 - Obrigada, Fernanda. Vamos abrir para as falas. Temos sete inscritos. São 2 minutos para pergunta
700 ou contribuição à mesa. Começando, a nossa primeira inscrita, Regina. **Sra. Kota Mulanji**
701 **(Representante do Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional - FBSSAN)** -
702 Bom dia a todas, todos e todes. Saudações tradicionais a todas. Eu sou Kota Mulanji, conselheira pelo
703 Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional. Eu começo reforçando uma fala
704 do Frigo: "Não dá para pensar reforma agrária no Brasil, sem incluir e rever este crescente dos povos

705 e comunidades tradicionais”, e eu acrescentaria: “E sem pensar na distribuição de água”. Depois eu
706 diria com a Débora, essa proposta de uma reforma agrária popular com esses pilares, teríamos que
707 ser honestos e dizer: “a partir da construção dos povos indígenas e tradicionais de matriz africana”,
708 porque senão mais uma vez reforçamos um roubo epistemológico a partir da palavra “popular”.
709 Porque estes pilares de produção de alimentos sustentável com respeito à natureza sem agrotóxico,
710 eu não conheço outra base que não os dos povos e comunidades tradicionais. Depois eu queria
711 dialogar com aquele primeiro slide do César e dizer que ali aparece em torno de 70% da distribuição
712 de terra que está alocado. E eu me perguntaria: “Onde estão os outros 30%”? Está conosco, povos e
713 comunidades tradicionais. E quando começamos a pensar em reforma agrária, como diz a fala do
714 Frigo lá no início, sem pensar nos povos e comunidades tradicionais, quando reforçamos a palavra
715 “assentados” como preocupação, estamos novamente retirando e descumprindo a lei de 2014 que
716 colocou povos e comunidades tradicionais e reforçando, eu sei que na Constituição está colocado
717 como povos originais e quilombolas, mas conquistamos os outros, e não conseguimos dar um ponto
718 real de conseguir colocar os outros povos e comunidades tradicionais nessa questão. Não é possível
719 falar disso sem reparar o processo escravagista que esse país fez. Não é possível distribuímos a terra
720 a partir daqueles que também nos roubaram a terra. É como em Moçambique alguém perguntou:
721 “Por que que só que quem representa o movimento sem-terra do Brasil é branco? Não foram eles
722 que roubaram a terra de vocês”? É uma coisa para refletir. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira**
723 **(Contraf Brasil)** - Obrigada, companheira. Agora Leila e em seguida, Carlos Cavalcanti. **Sra. Leila Silva**
724 **(representante do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA)** - Bom dia a todos e todas. Eu acho
725 sempre bom ter boas notícias numa conjuntura nacional dessa porque alegre o coração e como diz
726 no Nordeste engrossa o cangote para caminhar. Eu acho que nesse caos interiorizado que estamos,
727 as eleições foram mais uma resposta disso, que 2026 vai ser muito difícil, precisamos, de fato, de
728 boas notícias. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (Conselho Nacional de Populações Extrativistas - CNS)** –
729 Bom dia a todos e todas. Entendendo que o Consea nos provoca sempre o exercício de análise e
730 reflexão e posicionamento coletivo, pensar junto o que virá no processo, então eu acho que um
731 desafio nosso é entender que falar de terra e território remete a que estamos no território em
732 conflito, em embates e enfrentamento. Acho que a própria Kota já levantou algumas dimensões
733 importantes desse processo. Temos 04 (quatro) pontos e um desafio para mesa refletir, como
734 construímos isso para dentro do Consea e do nosso campo político. Primeira afirmação de que sem
735 terra e território a luta por direitos não avança e a produção de alimentos também não avança, assim
736 como a garantia de SAN. Fica fragilizada e inclusive impõe a nós um desafio de subordinação nos
737 territórios. E vem a primeira dimensão: como avançar na produção de alimentos em territórios
738 ameaçados e aprisionados? Como lidar com a concentração de terra no cotidiano de vida? Que eu
739 acho que esse é o nosso embate cotidiano, seja nos territórios ou nos maretórios. Eu incorporo aqui
740 que inclusive os maretórios que não são regularizados, estão na disputa por ser reconhecido como
741 um sujeito de direito. Garantir a terra e território dialoga diretamente com a soberania nacional e
742 regional e eu levanto um cuidado: como cuidamos da estrangeirização de terras que estão nos nossos
743 territórios e maretórios como um fator de sobrevida no Brasil? Porque na concentração e ao lado da
744 estrangeirização, vamos ter dificuldades como já está tendo, em regularizar, reordenar, demarcar e
745 titularizar. Professor traz um arcabouço de uma sistematização de estrangeirização de terras em cada
746 estado e estamos enfrentando sobreposições nos territórios. Como enfrentar isso também paira na
747 dimensão do enfrentar a concentração. A reforma agrária, demarcação e titulação dos territórios são
748 fundamentais para multiplicar e territorializar a agroecologia, assim como estabelecer um novo

749 processo que dialogue com territórios e maretórios na sua diversidade, inclusive de biomas, onde
750 regularizar e demarcar a terra no território semiárido para produção é diferente de áreas de bioma
751 com grandes matas. Uma terceira e vou para quarta. Como podemos resolver as questões territoriais
752 inserindo a terra no mercado? E a crise ambiental e climática tem nos posicionado e nos imposto a
753 resolver as questões da reforma agrária de regulação de terra no mercado com falsas soluções
754 ambientais. Como lidamos com as falsas soluções ambientais nos impondo uma nova forma de reagir
755 à regularização, reordenamento da terra e território, inclusive tem vários eventos esse ano aqui. **Sra.**
756 **Leila Silva (MPA)** - Como vamos reagir é o maior desafio. E por fim, como disputar política e
757 juridicamente a reabertura de um processo político de reordenamento nesse contexto de extrema
758 direita, dentro dos nossos territórios de vida e cotidiano, num processo de constante soberania
759 alimentar e, de fato, de regularização de territórios e maretórios, inclusive maretórios que não são
760 sujeitos de direito pela legislação brasileira, eu falo dos pescadores e pescadoras em seus territórios
761 das águas. Concordo muito com Kota, como produzir alimentos e água num contexto inclusive de
762 crise climática, em territórios ameaçados e privatizados? Esse é o nosso cenário político para as boas
763 notícias e para a concentração de terra. Como é que dialogamos com essa realidade para projetar,
764 de fato, um plano nacional de abastecimento, produção de alimentos, onde a cada diversidade
765 consiga se ver e construir e fortalecer a soberania nacional e o próprio governo popular que também
766 incidimos. Acho que as boas notícias animam, mas precisar aprofundar os desafios a partir da
767 realidade e também para tentarmos dar o segundo passo na projeção mais estratégica e construção
768 de soberania nacional. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)** - Obrigada, Leila. Agora
769 Carlos Cavalcanti, em seguida o companheiro Edgar. **Sr. Carlos Cavalcanti (Representante do**
770 **Movimento Nacional de Catadores - MNC)** - Bom dia a todos e a todas. Carlos Cavalcanti, conselheiro
771 pelo Movimento Nacional de Catadores. Parabéns a cada apresentante aqui nesse tema, ele é de
772 fundamental importância, porém eu passo o entendimento de que se chegamos até aqui como
773 estamos, é fruto do sistema capitalista, porém, vejo muito pouco nas falas aqui trazidas o
774 enfrentamento a essa questão. O governo tem um programa de cooperativismo, o governo tem uma
775 Secretaria de Economia Solidária, a meu ver o enfrentamento a essas questões e, sobretudo, à
776 reforma agrária, perpassa pelo cooperativismo e pela economia solidária. **Sra. Maria Josana de Lima**
777 **Oliveira (Contraf Brasil)** - Muito obrigada, Carlos. O companheiro Edgar Moura. **Sr. Edgar Aparecido**
778 **de Moura (Representante dos Agentes de Pastoral Negros)** - Bom dia a todas, todos e todes. O
779 Consea acertou mais uma vez nos nossos temas. Eu reforço a fala da Kota e chamo a atenção de uma
780 seguinte questão: como falou a Leila, agora precisamos sair daqui realmente com o Consea, com a
781 sociedade da civil e o governo juntos, com mais rapidez nas ações. Porque vimos os números e eu
782 não consegui ver as áreas da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que também são importantes
783 para fazermos a reforma agrária. Lembrando que às vezes esquecemos que tem um número muito
784 grande de acampados lá debaixo da lona que também espera essa reforma agrária e é uma espera
785 traumática. Paralelo a isso tem a importância do INCRA que assumiu também a ATER, que assumiu
786 um monte de questões das comunidades tradicionais e quilombolas na questão da titulação e as
787 demarcações, porque ainda demora em média 10 anos para dar o título de terra para uma
788 comunidade quilombola, então pelo número que temos vai demorar uns 400 anos. Então precisamos
789 olhar para esses números e para este quadro político que temos hoje, uma coalizão, e ver como é
790 que podemos acelerar tudo isso. As notícias foram boas, mas precisamos acelerar porque já foram
791 02 (dois) anos do governo. Então minha pergunta é: qual vai ser a nossa ação para que possamos
792 realmente avançar nessa titulação, avançar nessa reforma agrária? E a fala do Frigo, ele trouxe uma

793 informação importante que todo mundo está dizendo e o Brasil todo ouviu esses últimos 30 dias: as
794 queimadas é um caso de polícia, não é só de prisão. Então como que podemos reverter? Houve fala
795 dos jornais que o próprio governador incentivou ou se não incentivou, fez falas, deixando um
796 desenho clássico do que acontece com a queimada e o que acontece após a queimada, para garantir
797 a terra. Então precisamos avançar nisso. Obrigado. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira (Contraf**
798 **Brasil)** - Obrigada. Agora Edmar Mota. E depois o Daniel. **Sr. José Arimatéia França (Consea Paraíba)**
799 - Sou Arimatéia, do Consea da Paraíba. Primeiro parabenizar pela pauta, muito importante, muito
800 gigante, que mexe muito conosco. Agora, quem vê o resultado das eleições de anteontem sabe
801 exatamente o tamanho que temos. E vou com companheiro Edgar na questão do aceleração. O
802 Temos um quadro que olhamos muito para quem está precisando, sem envolvê-los nessa decisão. O
803 quadro que está, e eu confio no quadro que foi apresentado ali, esse levantamento que o INCRA, que
804 o ministério fez com o MST, Contag, CPTs, com várias entidades do campo, é interessante, agora
805 temos que ter um enfrentamento e a capacidade de dialogar mostrando o resultado que podemos
806 conseguir com essas políticas públicas, com a reforma agrária e com acesso à terra, porque senão
807 não vamos convencer absolutamente ninguém. Vai ficar aquela briga: "Olha, está aqui o recurso do
808 ministério, há uma decisão política do governo, mas há uma paralisia, há uma lentidão, do ponto de
809 vista da execução de uma política tão importante, tão necessária para o Brasil, de dimensão
810 continental". Se não conseguir dizer que vamos zerar uma quantidade X de emprego, que vamos
811 melhorar o PIB com a agricultura, que vamos deixar de dar comidas na assistência, não vamos
812 convencer a sociedade que é necessário, nem tampouco o parlamento brasileiro. Digo o seguinte,
813 acredito e acho que essa mesa foi muito importante. Mas eu estava comentando aqui com alguns
814 colegas, que precisava um convite ao Lewandowski, com um convite às pessoas do Judiciário, com
815 um convite a uma representação do Senado, que pudessem levar essa pauta para o Congresso
816 Nacional. Enfim, eu acho que podemos ampliar ainda mais para que possamos sair dessa iniciativa,
817 desse debate tão importante no Consea para dizer o seguinte "Nós vamos para os estados dizendo
818 o seguinte: é um pacto grande pelo acesso à terra e o acesso à água". Muito obrigado. **Sra. Maria**
819 **Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)** - Obrigado. Agora Daniel Paz. **Sr. Daniel Paz dos Santos**
820 **(Representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua)** - Um bom dia a todos
821 e todas. Eu venho aqui falar sobre o direito à terra, quem tem direito à terra e a desigualdade ao
822 direito à terra. Nós plantamos em Antônio Carlos um hectare de terra que arrendou, há muito tempo
823 lutando para entrar dentro da economia solidária junto com o orgânico que produzimos, mas
824 sabemos as dificuldades, os critérios e as barreiras que têm na burocracia para ter acesso à terra para
825 fazer o plantio de orgânicos. Temos ainda uma grande camada do veneno do agrotóxico implantado
826 na nossa terra. As nossas vertentes, as nossas fontes de águas naturais estão sendo destruída pela
827 suinocultura, pelo gado e não temos acesso à água potável na cidade, não temos acesso a uma
828 alimentação principalmente de qualidade para a população em situação de rua que hoje está saindo
829 da rua e está se inserindo no orgânico e na terra. É um direito de todos, um direito com critérios que
830 precisam ser discutidos revistos com participação da população em situação de rua porque são temas
831 são muito importantes para nós. Porque moramos na rua, sofremos pela questão climática. Aonde
832 tem seca, não tem água, aonde tem chuva, não tem abrigo, aonde tem a fome, não tem espaço para
833 plantar, não tem espaço para fazer uma agricultura urbana porque passamos pelo processo da
834 burocracia e de critérios que ainda não conseguimos cumprir, e quebrar e desmistificar essa coisa de
835 não ter direito à terra. A terra tem para quem é latifundiário e capitalista, e o povo que precisa
836 mesmo da terra para sobreviver dela, hoje é barrado sem condições, junto com a segurança pública

que é o mais funciona no nosso estado e no nosso país. Obrigado. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)** - Obrigada. Daniel. Agora Adnamar. **Sr. Adnamar Santos (Representante Coalizão de Entidades)** – Pessoal, bom dia. Adnamar Santos, aqui represento como conselheiro titular a Coalizão de Entidades, que é o Fórum Nacional de Reforma Urbana. Eu venho de Manaus, Amazonas. Quero saudar a Débora Nunes e toda composição da mesa. De fato, Débora, a flexibilização de legislações e apropriação de recursos do orçamento da União versus ofensiva de projetos de lei que tem como objeto a criminalização da luta pelo acesso à terra e à moradia com ações que estão em trâmite no Congresso Federal, como o Projeto de Lei 709, de 2023. Num período recente tivemos uma importante campanha que foi uma aliança do campo e da cidade com a campanha nacional Despejo Zero. Que inclusive, nesse período determinado entre 2022 e 2023, travou uma luta para que não houvesse ações possessórias judiciais e administrativas que levassem a processos de deslocamento de populações. Ou seja, que não houvesse despejos de populações. Hoje, de fato, há uma crise estabelecida, uma crise de acesso à terra, de acesso à moradia, em especial com ações judiciais. No mapeamento da campanha nacional Despejo Zero, hoje há em torno de 1 milhão e meio de pessoas nas diversas regiões do nosso país que estão nesse exato momento com ações que podem levar a despejos, por uma canetada de um juiz. Nós, com a aliança no campo na cidade, estamos travando essa luta contra o PL 709/2023 que tem sido uma pauta intransigente nossa que levamos ao Ministério das Cidades, ao Ministério da Justiça, à Presidência da República, contra as crescentes ações que tem levado à criminalização. Esse projeto de lei incide em populações que estão em áreas ocupadas e para que não tenham acesso a programas como o Bolsa Família, tornando mais vulneráveis os vulneráveis em questão. Ou seja, é levar essa população à eterna miséria. Então não ao PL 709 e que continuemos numa briga intransigente, inclusive pelos recursos para o acesso à terra e à moradia. Obrigado. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)** – Obrigada Adnamar. Agora retornamos à mesa para respostas, a partir das reflexões e perguntas que foram colocadas aqui pelas companheiras e companheiros. Fernanda, as suas reflexões e considerações finais. **Sra. Fernanda Machiaveli (MDA)** - Agradeço as intervenções, os comentários, todos muito pertinentes. E alguns retornos sobre alguns pontos que foram colocados. Sobre povos e comunidades tradicionais e acesso a territórios. De fato, já existe uma legislação muito clara no que se refere como obter e destinar áreas para reforma agrária, para povos indígenas e para quilombolas e temos um desafio de desenhar essa legislação e essas normas para garantir o direito ao território para os demais povos e comunidades tradicionais. O MDA abraçou esse desafio e estamos na Secretaria de Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais formatando uma proposta para fazer o reconhecimento e destinação dessas áreas. Isso tem sido feito em amplo diálogo com vocês, então espero que logo também tenhamos um desenho para apresentar, entendendo que esse é de fato um desafio que precisa ser enfrentado com rapidez. Na questão dos quilombolas, acho que nessa pauta conseguimos avançar bastante. O César e o evento em Alcântara mostraram a retomada da política quilombola. Temos 100 milhões de orçamento anuais para obtenção de imóveis destinados a titular territórios quilombolas. Esse é um orçamento que o nunca houve antes para política, há uma conquista também desse momento. E executamos esse orçamento desse ano e já temos a perspectiva de executar mais de 100 milhões no ano que vem. Eu acho que tem uma coisa muito importante que aconteceu recentemente lá em Alcântara, que foi o anúncio de uma diretoria específica para política quilombolas dentro do INCRA, mudando uma estrutura que era uma Coordenação-Geral para uma Diretoria com três Coordenações-Gerais, com unidades em todas as superintendências que existem em todos os estados. Então é a política quilombola dentro do INCRA realmente se estruturando em

881 sua parte fundiária, garantindo uma aceleração do processo tanto de reconhecimento, quanto de
882 titulação. Também tem a questão do cooperativismo. Concordamos plenamente que o caminho é a
883 economia solidária e o cooperativismo. Foi lançado durante o Plano Safra o Programa Coopera Mais
884 Brasil, que é liderado pela Secretaria de Abastecimento e Soberania Alimentar do MDA, em parceria
885 com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, mas no qual também
886 fazem parte outros ministérios, como o MDS e o MMA. É um conjunto de pastas que se integraram
887 para fortalecer as cooperativas e associações da agricultura familiar. E nesse aspecto já estamos
888 apoiando cinco centenas de cooperativas, que vão receber apoio para estruturar a sua gestão. Apoio
889 para estruturar a formalização, a jurídica, a comercialização e, além disso, crédito facilitado por meio
890 do Pronaf. Além de dois fundos garantidores que lançamos no Plano Safra específicos para
891 cooperativas da agricultura familiar que passam agora a ter uma garantia para conseguir acessar o
892 crédito e assim conseguir superar essa barreira que muitas vezes é colocada para as cooperativas da
893 agricultura familiar. Estamos trabalhando para ser céleres, tem toda uma máquina para fazer
894 acontecer e como vocês mesmo disseram tem a questão do envolvimento de todo o sistema de
895 justiça para que as decisões sobre a reforma agrária se concretizem e estamos avançando com
896 celeridade. Hoje estamos com o empecilho na greve do Tesouro Nacional que hoje tem impedido
897 que, por exemplo, consigamos implementar os 700 milhões que foram destinados pela Fazenda para
898 adjudicação de terras de grandes devedores já para reforma agrária esse ano. Temos ainda as terras
899 públicas, que foram comentados aqui da SPU. Essas áreas já tem sido objeto de acordos entre SPU e
900 o próprio INCRA. Dentro da Câmara Técnica foi destinado uma grande quantidade de áreas, não só
901 para assentamentos, a maior parte para unidade de conservação, para assentamentos
902 ambientalmente diferenciados, reservas extrativistas, também para territórios de povos indígenas e,
903 enfim, territórios quilombolas. E para terminar, eu acho que vale dizer que além de tudo estamos
904 negociando com os estados e essa também foi uma novidade do Terra da Gente, com a possibilidade
905 dos estados pagarem suas dívidas com a União cedendo terras, que vão ser destinadas para reforma
906 agrária. Então acordos desse tipo tem acontecido com vários estados e essas diversas formas para
907 obtenção de terras permitiu que pudéssemos com um orçamento aquém do que seria necessário
908 para compra, aumentar e potencializar esses recursos e conseguir resultados que vão ser muito
909 significativos para esse governo do presidente Lula 3. Então entendemos que o caminho precisou
910 fazer todo um arranjo institucional, normativo, dando esse salto agora em 2024, que vamos sentir
911 com mais força em 2025 quando as várias entregas serão realizadas. Então contamos muito com essa
912 parceria com o Consea, com conselheiros, com as organizações do campo, o MDA está sempre aberto
913 para esse diálogo, para que consigamos fazer acerto, corrigir erros e acelerar o processo da reforma
914 agrária. Por fim, estamos agora com uma estratégia final na região Norte, voltada para
915 assentamentos da reforma agrária que estão enfrentando incêndios. Os incêndios, sabemos que eles
916 são criminosos, mas conseguimos visualizar que tem mais de 700 assentamentos com focos de
917 incêndio hoje na região Norte do nosso país. Então para conseguirmos reverter esse quadro, vamos
918 criar brigadas de incêndio e estruturar uma abordagem específica para prevenção do fogo dentro
919 dos assentamentos e fazer uma assistência técnica para que possamos melhorar e diversificar as
920 nossas práticas de agricultura e prescindir do uso do fogo. Obrigada e seguimos dialogando. **Sra.**
921 **Maria Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)** - Obrigada, Fernanda. Agora o companheiro Frigo. **Sr.**
922 **Darci Frigo (Terra de Direitos)** – Obrigado. Eu agradeço pela oportunidade, cumprimento toda a
923 mesa. Eu acho que as falas que vieram, enfim, do plenário, do Conselho, são falas que se
924 complementam, que trazem novas questões, inclusive tornando até mais eficaz a percepção sobre o

cenário. Eu gostaria de então, de um lado, falar que é importante do ponto de vista da reforma agrária, a arrecadação de terras públicas ou de que o governo assuma de fato com o INCRA essa questão das terras públicas, especialmente na Amazônia brasileira, mas em outros territórios também, porque são essas terras que estão nesse momento sofrendo os maiores ataques do desmatamento, mas as terras griladas devem ser destinadas, na medida do possível e na medida que elas que têm essa vocação, para a reforma agrária. Então obviamente a reestruturação do estado, contratação dos servidores e servidoras, a fiscalização precisa ser realizada, é muito importante. Mas é importante também que o estado brasileiro assuma a sua responsabilidade, no sentido de controlar o seu território. Acho muito importante na política nacional de agroecologia e de orgânicos o avanço na política de garantir que os agricultores possam ter acesso às sementes agroecológicas. Então um programa para avançar nessa linha, ele precisa muito de mudas, de sementes, dessa estratégia sendo implementada em todo o território nacional. E em relação à questão climática, e esse momento da grande seca que vivemos em nosso país, combinada com várias questões, mas também em razão dessa questão da emergência climática, à medida que você tem uma situação extrema, precisamos de medidas radicais. Então a sociedade, ela precisa de respostas nesse momento, que sejam respostas bastante duras, no sentido de expropriação de áreas, no sentido de que quem de fato está colocando em risco a vida do povo brasileiro com as queimadas, com a poluição, destruição das nascentes d'água, destruição da floresta, o desmatamento e tudo mais, ele precisa de uma resposta. E se quisermos nesse momento que a sociedade nos apoie na nossa causa, nessa causa inclusive da produção de alimentos saudáveis e a garantia de acesso de todas as pessoas a esse alimento, precisamos também de medidas nesse sentido. Não dá para desconversar. E precisa enfrentar as forças do agronegócio e a sociedade precisa saber quem são essas forças, a sociedade precisa ter cada vez mais consciência em função do bloqueio que essas forças fazem tanto no parlamento como na realização de políticas públicas, porque precisamos avançar na reforma agrária, na agricultura familiar, no sentido de superarmos esse modelo de desenvolvimento da agricultura baseado em agrotóxicos e agroquímicos e dominado pelas transnacionais. Parabéns ao Consea pelo debate e obrigado pela oportunidade. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)** - Muito obrigada. Agora nossa companheira Débora. **Sra. Débora Nunes (MST)** - Primeiro dizer que o tempo aqui foi um tempo curto, no sentido de aprofundarmos um tema importante. Temos a necessidade de seguir aprofundando as questões colocadas diante da complexidade que é esse tema. Isso remete a necessidade nesse espaço do Consea, mas também em diversos outros possíveis seguimos aprofundando essa temática. E dizer que das contribuições que vieram, precisamos, além daquelas dos sujeitos que estão no campo, também daqueles que não estão, como foi colocado aqui pelos companheiros do poprua, porque não é possível estar. Por isso que inclusive a nossa proposição é que o direito a posse, ao uso, a propriedade da terra, deve ser para todos aqueles que querem e que precisam da terra, como forma de reprodução da vida e de produção de alimentos. E penso que é essencial nos aprofundarmos nessa complexidade do que envolve a luta pela terra e a luta pela reforma agrária, os processos permanentes de violência. Há 524 anos os povos, e são os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais, os povos quilombolas, os assentados, os pequenos agricultores, são historicamente violentadas e acho que essa é uma temática que precisamos fazer. Estamos sendo assassinados e encurralados de todas as formas. É através das leis, é através da morosidade. E acho que é importante, eu tenho aqui um companheiro de coração que é o César aqui do meu lado, mas é preciso dizer, para não termos a dimensão de que estamos falando de duas realidades de dois países. Não tenho dúvidas do compromisso do presidente Lula e de tudo isso que

969 foi apresentado aqui como proposição para enfrentar a paralisia e a destruição do último período e
970 a tentativa da retomada, mas ainda está muito aquém da necessidade. Quando eu me apresento que
971 eu sou assentada reforma agrária, para dizer que isso que está aqui, dissemos ao presidente Lula:
972 “Os anúncios não estão efetivamente chegando na ponta”, e precisamos fazer isso inclusive para
973 poder num próximo cenário ter correlação de força e condições de convocar o nosso povo para
974 defender esse país. Então nesse sentido, e eu entendo que o governo tem um papel, mas não
975 podemos negar as dificuldades que temos de implementação de construção das políticas para
976 reforma agrária. Porque parece que tem um cenário de ideal, mas não é verdade. Eu tenho dito, o
977 Programa Terra da Gente, ele é fantástico, e acho que é uma contribuição que vai ficar para história,
978 mas ele não é para resolver os problemas imediatos que estão colocados. Sabemos que aquilo que o
979 INCRA propõe vai esbarrar no Poder Judiciário, vai esbarrar no Poder Legislativo, porque na hora que
980 começar a avançar a adjudicação, a própria destinação das terras públicas não é simplesmente de
981 chegar e destinar, mesmo que já esteja em nome, em posse do governo. Então, acho que podemos
982 enfrentar e dizer dessas contradições é essencial para podemos avançar no seu enfrentamento.
983 Inclusive nessa construção junto à sociedade. Então, assim tem sido nessa retomada, mas é
984 insuficiente. E concordo com o companheiro aqui, porque quando dizemos que a reforma agrária é
985 todas as políticas que envolvem o acesso à terra, ela precisa ser dialogada com a sociedade sobre
986 quais são os benefícios que isso traz não apenas para aqueles que estão acessando a terra, mas para
987 o conjunto da sociedade. Por fim dizer que outra coisa essencial, nós não podemos jamais
988 deslegitimar ou desconhecer a importância das diversas formas históricas de luta dos trabalhadores
989 e trabalhadoras que estão no campo, e é por isso que mesmo no governo Lula, no nosso governo,
990 um governo que elegemos, um governo que temos clareza que somos parte dele, as ferramentas
991 históricas, as táticas históricas de luta precisam prevalecer, permanecer. E é por isso que ainda que
992 sendo criminalizado permanentemente, o MST vai seguir ocupando terra nesse país, para que
993 inclusive seja uma forma de continuar denunciando o processo de concentração da terra, mas
994 sobretudo, a violência que o agronegócio, o capital tem feito não apenas contra os sem-terra, mas
995 que tem exercido contra todos e todas que estão no campo e que ainda precisam de terra e que são
996 permanentemente, todos os dias, violentados, seja pela forma direta do capital, nos assassinatos,
997 nos despejos violentos, seja pelo próprio estado, no que se refere, sobretudo, ao Poder Legislativo e
998 ao Poder Judiciário. Então por isso que seguimos em luta para que, de fato, esse tema não seja um
999 tema menor e que possamos avançar nesse diálogo com o nosso governo, mas com a autonomia
1000 necessária para que possamos fazer as lutas necessárias para colocar esse tema permanentemente
1001 na mesa do governo e também no conjunto da sociedade. Obrigada. **Sra. Maria Josana de Lima**
1002 **Oliveira (Contraf Brasil)** - Obrigada, Débora. César Aldrighi, suas considerações e resposta ao
1003 plenário. **Sr. César Aldrighi (INCRA)** - Tenho tentado ser muito verdadeiro, muito honesto com os
1004 movimentos sociais, Débora sabe disso, companheiros que estão nos movimentos, que estamos num
1005 momento importante de retomada, há uma ansiedade minha na gestão dos movimentos do que as
1006 nossas ações promovam a aceleração da reforma agrária e estamos fazendo tudo aquilo que é
1007 possível, começando pelos conflitos. O Brasil se armou para combater os sem-terra. Então hoje
1008 temos uma estrutura na Ouvidoria agrária do MDA e do INCRA que se articula com o Poder Judiciário
1009 para entrar em todos os processos de retomada, de reintegração de posse, para proteção dos
1010 trabalhadores. Eu acho que com isso temos uma estrutura que não tinha na antiga estrutura do
1011 INCRA, de ter pessoas que entendam do conflito, tragam eles para mesa e apresentem soluções.
1012 Então todas as áreas de conflito que temos entrado na negociação, elas têm sido apresentadas por

conjunto de governo como áreas prioritárias. Temos muita segurança e muita certeza, o Programa Terra da Gente, ele avança no sentido institucional, ele avança no sentido da arrecadação de terra pública, os nossos povos e comunidades tradicionais que a companheira Regina, que foi a primeira intervenção, a grande maioria especialmente na região Norte, povos e comunidades tradicionais estão em terras públicas, terras que precisamos fazer o processo de arrecadação, em que eles são forçados pelos grileiros a ocupar as piores áreas. Então há um esforço enorme de arrecadação de terra pública, mas há a pressão também do agronegócio sobre essas áreas e há o judiciário também que defende aqueles que dizem que a terra é sua. Então a arrecadação de terra pública, combate aos conflitos e a mediação desses conflitos, estamos tratando de forma séria e honesta. As áreas onde as pessoas estão, as mais 120 mil famílias acampadas que os movimentos apresentaram, as terras públicas, as áreas do Banco do Brasil porque não foram pagas dívidas, o banco executou as dívidas do agronegócio e as áreas dos grandes devedores áreas serão colocadas para reforma agrária, todas têm todo um processo jurídico que tentaremos encurtar os prazos. Mas não há dúvida que os acampamentos que o MST apresenta, as áreas simbólicas que são mais de 100 no Brasil, que tem acampamentos de 5, de 10, de 20 e de 30 anos, e que reconhecemos, o INCRA voltou a cadastrar, das mais 120 mil famílias acampadas no Brasil já cadastramos 72 mil, há expectativa inclusive que esse número seja maior do que aquele que os movimentos nos apresentaram e essas áreas dos acampamentos passam a ser prioritárias. Então é importante demais o aumento do orçamento público, porque tem áreas que só resolve comprando, tem áreas em que os proprietários, onde há o acampamento, estão a fim de negociar. Então esse é o processo de mediação que estamos tentando fazer para avançar de todas as formas para solução dos conflitos. Temos um ano e meio de governo para fazer os processos de obtenção de terra avançar e nos prepararmos para a disputa da democracia desse país que vai nos dar condição de termos uma tendência de democracia e de luta pela terra, com espaços de governo e do Consea e outros que nos ajudem a produzir o acesso à terra e políticas de produção de alimentos, de agroecologia, do PAA, de comercialização, de crédito adequado a cada uma das realidades do país. Viva o Consea, viva os movimentos sociais, viva a reforma agrária, e tenho certeza que está sempre disponível esse espaço para formulação de políticas. Obrigado. **Sra. Maria Josana de Lima Oliveira (Contraf Brasil)** - Obrigado, César. Muito obrigado à mesa, obrigada aos companheiros e companheiras do plenário. E antes de encerrar, trago aqui Paulo Freire, o nosso mestre já dizia: “Trabalhar, no sentido de ajudar os homens e mulheres brasileiros a exercer o direito de estar de pé, no chão, cavando e retificando o chão, fazendo com que o chão produza melhor. É um direito e um dever nosso”. Então por isso que estamos aqui. E vamos dar sequência aqui passando para Betta, para próxima mesa. **Gravação para Lançamento do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. Sra. Elisabetta Recine (Presidenta do Consea)** - Bom, quero agradecer todas as contribuições, tanto da plenária, quanto da mesa para esse tema. Antes de passarmos para segunda mesa, vamos fazer uma gravação para o lançamento do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. É um momento de muita comemoração, quantos anos que o Consea, os movimentos, as organizações, que já tiveram e que estarão no Consea, lutaram por esse plano que finalmente vai sair. A primeira frase é: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar”, comida no prato ou alimento? É alimento no prato. E depois tem uma segunda frase que é: Planapo, Pronara. Pronto. Vou chamar então as duas coordenações para essa mesa. **Ponto de Pauta. O Direito ao Território, Territorialidade e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais. Sra. Elisabetta Recine (Presidenta do Consea).** Começando agora O Direito ao Território, Territorialidade e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Povos

1057 Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais. Quero pedir, por favor, para o Antônio Adevaldo, que
1058 é nosso conselheiro do Conselho Nacional de Populações Extrativistas, para ele vir para cá. E a
1059 Marciely Ayap Tupari. Ela não está. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (Conselho Nacional de Populações**
1060 **Extrativistas - CNS)** – Bom dia. Sou Adevaldo Dias, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas
1061 (CNS) um movimento extrativista da Amazônia que luta pela garantia dos territórios. Acho relevante
1062 o tema e aproveito esse momento assim para denunciar as grandes queimadas que estamos
1063 enfrentando na Amazônia, que tem afetado diretamente nossas comunidades e é incrível que as
1064 comunidades, os povos que mais protegem os territórios são aqueles que mais sofrem nesse
1065 momento. São comunidades que hoje ficam sem alimento e algumas até sem acesso a seus
1066 territórios, pelo difícil acesso em função dessa seca extrema. E, por incrível que pareça, a resposta
1067 dos nossos ainda não consegue enxergar essa diferença de territorialidade e territórios que temos
1068 nesse Brasil e as respostas muitas vezes, quando chegam, é muito tarde. Vamos chamar nossos
1069 colegas aqui para se juntar à mesa que vai discutir O Direito ao Território, Territorialidade e Soberania
1070 Alimentar e Nutricional de Povos Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais. Com o tema
1071 “Sistemas Alimentares, Territorialidade e o Direito Humano à Alimentação Adequada”, vamos
1072 chamar a Vera Soares da Coordenação Executiva Nacional, do Fórum Nacional de Segurança
1073 Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais e de Matriz Africana (Fonsanpotma). Com o tema
1074 “Panorama das demarcações e perspectiva para a implantação da Política Nacional de Gestão
1075 Territorial e Ambiental de terras indígenas”, Lúcia Alberta, diretora de Promoção ao
1076 Desenvolvimento Sustentável, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). E vai participar de
1077 forma online, com o tema “Fome se Combate com Demarcação, o Marco temporal, a conjuntura dos
1078 direitos territoriais dos povos indígenas e os desfechos dos direitos humanos a alimentação
1079 adequada”, Dinamam Tuxá, Coordenador Executivo das Articulações dos povos indígenas do Brasil
1080 (APIB). Tinha uma outra pessoa do Ministério do Meio Ambiente, que não pude comparecer. Passo
1081 a palavra para Lúcia Alberta, da Funai. Dez minutos, Lúcia. **Sra. Lúcia Alberta Andrade**
1082 **(Representante da Funai)** – Bom dia a todas e todos. Lúcia Alberta, eu sou do povo Baré, do estado
1083 Amazonas. Na Funai eu estou na função de Diretora de Promoção de Desenvolvimento Sustentável,
1084 que é uma diretoria que trata de vários assuntos, com exceção da demarcação de terras indígenas e
1085 proteção territorial. A Funai tem apenas duas diretorias finalísticas e uma diretoria de administração
1086 e gestão. Para vocês entenderem como é a organização do nosso trabalho, temos ainda 34
1087 coordenações regionais distribuídas em todo o país. Vocês devem ter acompanhado desde o ano
1088 passado quando o presidente Lula assumiu ainda em janeiro do ano passado ele decretou uma
1089 emergência sanitária numa terra indígena, mas essa emergência sanitária ela veio somada a uma
1090 situação de desnutrição extrema entre o povo indígena da terra indígena Yanomami, que abrange o
1091 estado de Roraima e o estado Amazonas. A situação de extrema sensibilidade daquele povo levou a
1092 uma atuação conjunta de vários órgãos do Governo Federal e temos feito essa atuação conjunta,
1093 coordenados pela Casa Civil, para garantir que esses povos tenham seu bem viver, sua qualidade de
1094 vida. Para garantir isso, qual que é a nossa primeira responsabilidade? Quando eu falo nossa, não é
1095 só da Funai, são de todos esses órgãos do governo federal por determinação do nosso presidente.
1096 Fazer a desintrusão da terra indígena. Quando assumimos do governo federal, várias terras indígenas
1097 no nosso país estavam invadidas, vários tipos de invasão. Desde o garimpo ilegal, que é o caso da
1098 terra indígena Yanomami, como também com a presença de agricultura de grande escala em algumas
1099 terras indígenas e a bovinocultura. Então começamos um processo para retirar esses invasores para
1100 que os povos indígenas tivessem seu bem viver e comesçassem um processo de melhoria da sua

1101 qualidade de vida. E para garantirmos a melhoria da qualidade de vida dos povos indígena, qual é a
1102 primeira atividade que temos que fazer após a desintrusão. Garantir a gestão ambiental e territorial
1103 dessas terras. Para isso, temos uma política que foi construída pelos povos indígenas, que é a Política
1104 Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, que foi construído no governo da presidenta
1105 Dilma. Então é uma política que foi construída de forma democrática e ela traz todas as diretrizes
1106 para garantir essa gestão pelos próprios indígenas de suas terras regularizadas e com isso impeça a
1107 entrada de invasores. No entanto, nesse desgoverno que tivemos de quase 06 (seis) anos, as terras
1108 indígenas ficaram vulneráveis. Trago o exemplo da terra indígena Yanomami para mostrar que esse
1109 processo de atuação coletiva dos órgãos do governo federal, começando com a desintrusão que é
1110 retirada dos garimpeiros e a construção de políticas de garantia de soberania e segurança alimentar
1111 a esses povos. Imaginem uma situação onde o rio que oferece peixes para alimentação, os peixes
1112 não podem ser consumidos porque os peixes estão infectados por mercúrio e esse mercúrio é
1113 consumido pelas pessoas, pelos indígenas, porque nesse caso o garimpo não afetou somente os
1114 povos indígenas da terra indígena Yanomami, afetou a população toda ali do estado de Roraima e
1115 pedaço do Amazonas, porque esses rios que percorrem a terra Yanomami onde tem o garimpo
1116 também vão para cidades. Ou seja, afetou todo mundo. E tem uma pesquisa da Fiocruz que mostra
1117 o nível de mercúrio nessas pessoas, principalmente nos indígenas e tem pessoas das cidades mais
1118 próximas, como Boa Vista e outras, que chegaram a fazer o teste para ver a presença do mercúrio e
1119 tem mercúrio nessas pessoas. Então imagina essa cena onde você não pode consumir o peixe porque
1120 o rio está com mercúrio, você não pode caçar porque tem garimpeiros ameaçando sua vida, você
1121 não pode plantar porque o garimpo está destruindo suas terras. Então a primeira ação que fizemos
1122 foi entregar cestas de alimentos. Vocês imaginam entregar cestas de alimentos no território do
1123 tamanho de Portugal, o preço para entregar uma cesta de alimentos. Uma cesta de alimento que não
1124 é o alimento adequado para aquele povo. A Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) fez uma atuação
1125 muito importante de garantir que os profissionais de saúde levassem um tipo de alimento adequado
1126 para aquelas, principalmente crianças, que estavam naquela situação de desnutrição extrema, que
1127 não conseguem mais se alimentar com comida normal, tem que ser um alimento terapêutico
1128 adequado. Então foi feito essa força-tarefa de entregar cestas, levar esse alimento terapêutico, o
1129 processo de tirar os garimpeiros e agora conseguimos montar uma estratégia que envolve o
1130 Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social, a Universidade
1131 Federal de Roraima, Instituto Federal de Roraima, Instituto Federal do Amazonas, a Embrapa, a
1132 Conab e os órgãos de assistência técnica, e desenhamos uma estratégia de começar ações para
1133 produção como criar peixes e galinhas, produzir farinha de mandioca. Temos regiões na terra
1134 indígena Yanomami que os parentes comem ovo, mas não come a galinha, então temos que respeitar
1135 essa especificidade desses povos. Temos áreas na terra indígena Yanomami que eles produzem
1136 farinha, então levamos mais ferramentas, mais casas de farinha para aumentar essa produção da
1137 farinha e estivemos lá há 15 (quinze) dias atrás na região do Auaris, que é um pedaço da terra
1138 indígena Yanomami, que já se consegue ver uma produção das roças, que traz uma alegria para nós.
1139 E numa oficina que fizemos há 20 (vinte) dias atrás, um grupo de Yanomami que por sua própria
1140 autonomia eles conseguiram começar a criar peixe e galinha. E é tão bonito como eles criam a
1141 galinha, como se fosse um animal de estimação, porque eles vão comer só o ovo. E eles falaram: “não
1142 queremos mais que vocês levem cestas de alimentos para nós”. Essa é a frase que gostaríamos de
1143 ouvir de todos os povos indígenas que vivem na terra de Yanomami e de outros povos indígenas que
1144 estão em outras situações de vulnerabilidade e que ainda dependem de cestas de alimentos. O

1145 investimento que estamos fazendo para entregar cestas, que é muito alto, só para vocês terem uma
1146 ideia, uma cesta de alimento para chegar numa aldeia indígena está custando hoje está custando um
1147 pouco mais de 1.500 reais, mas já custou 4.000 reais, porque entregamos de helicóptero. Então é
1148 complexo, mas temos que fazer essa atuação para garantir que os povos indígenas não vão morrer
1149 de fome e eu sei que a atuação do Consea é para nos ajudar também nisso. E temos todas essas
1150 diretrizes, desde a determinação do nosso presidente da República, da nossa presidenta da Funai, da
1151 nossa ministra, de outros ministros, para que os povos indígenas da terra indígena Yanomami
1152 consigam viver em paz, consigam dormir em paz, sem o barulho de helicóptero, sem barulho
1153 daquelas máquinas que estão destruindo as terras indígenas. Mas também vocês nos perguntaram
1154 sobre a questão da demarcação das terras indígenas e o nosso presidente Lula quando ainda ele era
1155 candidato, ele se comprometeu em dar continuidade à demarcação das terras indígenas e ele está
1156 cumprindo os compromissos dele. No entanto, hoje vivemos um cenário muito complexo, enquanto
1157 podemos continuar a demarcação das terras indígenas, o presidente Lula ele já homologou 10 (dez)
1158 terras indígenas em 01 (um) ano e 10 (dez) meses de gestão, o ministro Lewandowski também
1159 assinou a Portaria declaratória de 04 (quatro) terras indígenas e a presidenta da Funai já criou mais
1160 de 35 (trinta grupos de trabalho para continuidade à demarcação de terras indígenas. Mas temos
1161 inimigos fortes, eu acho que é importante trazer isso aqui para saberem. O Congresso Nacional legisla
1162 contra os povos indígenas, temos poucos parlamentares dentro do Congresso Nacional que
1163 defendem os povos indígenas. Essas pessoas não conseguem entender que demarcar terra indígena
1164 é mostrar o apoio do governo brasileiro, da sociedade brasileira, para contribuir e avançar com o
1165 equilíbrio climático. As terras indígenas são as áreas mais protegidas do nosso país, os povos
1166 indígenas sabem como manejar e cuidar dessas terras, mas o Congresso Nacional não vê dessa forma,
1167 tanto que aprovaram a Lei 14.701, que hoje está no Supremo Tribunal Federal numa mesa de
1168 conciliação, para que as terras indígenas tenham um marco temporal que será dia 05 de outubro de
1169 1988. Ou seja, povos indígenas que não estavam na sua terra no dia 05 de outubro de 1988, não
1170 poderiam demarcar suas terras. Isso é um crime porque se os povos indígenas não estavam na sua
1171 terra naquele dia 05 de outubro de 1988, porque eles foram expulsos por algum motivo, por alguma
1172 política do estado mesmo e hoje estão sendo penalizados por essa política anti-indígena do passado.
1173 Então hoje demarcar uma terra indígena tem que seguir com grande cuidado porque qualquer
1174 processo que se inicia vai para o judiciário. Essa é uma situação delicada que estamos vivendo no
1175 nosso país. Temos povos indígenas principalmente no Mato Grosso do Sul que chegaram ao óbito,
1176 foram assassinados por policiais porque estavam lutando pela demarcação de sua terra. Então eu
1177 agradeço em nome da Funai, por esse momento aqui com vocês, para trazemos um pouco do
1178 trabalho que temos feito. A Funai é uma instituição indigenista que executa a política indigenista no
1179 nosso país e estamos num momento de reestruturação, de concurso público, de valorização dos
1180 nossos servidores para que se tenha uma atuação ainda melhor para avançar nessa garantia de
1181 direitos dos povos indígenas. Obrigada. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Obrigada, Lúcia. A Lúcia
1182 traz assim uma demonstração clara de quando o governo quer fazer um enfrentamento de uma
1183 situação, apesar vivermos centenas de situações como essa, se cria as condições junto aos órgãos e
1184 faz a ação. Passo agora a palavra para nossa colega Vera. Dez minutos. **Sra. Vera Soares (Fórum
1185 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais e de Matriz Africana
1186 Fonsanpotma)** – Lamento, socorro e política pública afirmativa que precisamos. E eu quero então
1187 chamar, para que venha, como vamos falar de um tema que é raiz para nós, que é Terra, Território e
1188 Territorialidade. Para falar da terra, vamos chamar a nossa ancestralidade que fala disso, que nos

representam. Então o Ogan Silvestre, por gentileza, eu peço Agô à mesa. Agô, para quem não sabe, é “licença” da língua ioruba. **Sr. Ogan Silvestre Antônio Gomes Santos** – Alô. A benção a todos. Me abençoem, que eu gosto de ser abençoado. A benção. Quando se fala em acesso à terra, nós das religiões de tradições de matriz africana, como qualquer povo, comunidade tradicional, temos uma relação muito forte com a terra. Para o homem chegar à lua ou chegar a Marte ou chegar em qualquer galáxia, a matéria-prima sai da terra. A bomba mais potente, a matéria-prima sai da terra. Então a nossa relação com a terra é muito grande, Coneler, ícone leva a mãe Terra, Onilé, o pai que nos deu tudo, os nossos alimentos saem da terra. Nós, das religiões de matriz africana, temos um ritual chamado Olubajé, onde todos se reúnem em volta de uma mesa e ali todos se alimentam pedindo paz, pedindo saúde ao nosso grande pai Omolú e à nossa grande mãe Terra. Eu gostaria que todos ficassem de pé, porque este é um momento sagrado para o povo de religião de matriz africana, que diz assim: *[cantiga de matriz africana]*. Essa reza se retrata quando o povo pode sentar. Quando o povo iorubano tomou conta das terras Fombé que chegaram na terra e não fizeram referência ao grande rei da terra, que diz: “O senhor aceitou comer conosco”. Tudo vem da mãe Terra. Mãe, sua benção. A benção a todos. Me abençoem que eu gostaria de ser abençoado. **Sra. Vera Soares (Fonsanpotma)** – Então, sempre causamos uma espécie quando falamos, quando chegamos num espaço nobre como esse e traz esse debate aonde estamos no centro, nós povos tradicionais de matriz africana. Eu sou Vera Soares, oriunda do Rio Grande do Sul e nesse momento eu estou ocupando um lugar enquanto coordenadora nacional do Fórum e para quem não conhece eu vou dizer que é um Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e que desde 2012, numa conferência do Consea, ele se nasce, eu, a Kota Mulanji, o Edson e outras parimos essa questão de trazer à luz da sociedade, trazer para as mesas de debate todas as perdas que tivemos desde o processo da diáspora negra que desterritorializa todo um povo que vem, que é o povo Jeju, o povo Ioruba, o povo Banto, que são povos que foram escravizados e que hoje dizem: “Ah, mas hoje não são mais escravos”, mas ainda hoje sofremos as sequelas do processo escravagista. Os não escravos, os colonizadores, ainda tem as benesses, as coisas boas, deixadas, e sofremos ainda a sequela que estamos no século 21 ainda debatendo estas questões. Quando eu ocupo uma coordenação deste fórum, que tem como eixo buscar, dentro do seu tempo que é muito lento, o processo da igualdade, o processo do direito, o processo da igualdade de oportunidades, o processo de todas as discriminações correlatas, eu quero dizer que quando eu sou o Maiello Orixá no continente, nas Américas, que eu vim para cá, não foi porque alguém me convidou, porque sou herdeira deste povo que foi desterritorializado, e é deste lugar e do Conselho que eu faço parte hoje, que é do Condraf, do Conselho do CNVIR, e do que fazemos nesse debate, essa discussão e aprendendo a cada dia fazer a política necessária para que possamos estar hoje sentado aqui discutindo, pensando a Terra, Território e a Territorialidade. A terra que já cantamos aqui e o território que parte a partir do meu corpo, nosso primeiro território é o nosso corpo. É o nosso corpo aonde habitamos, que vem do barro da terra, então que é o nosso primeiro território. Quero dizer que a territorialidade para nós é sagrada. E precisamos ter o direito de exercer a nossa territorialidade, de ocupar o nosso território. Eu vinha prestando atenção nas falas que antecederam, nos debates que tem a ver com as concessões, com os espaços territoriais onde os povos tradicionais a partir dos indígenas que tem uma política hoje de ocupar os espaços ociosos, eu penso, Consea, penso mesa e penso todos nós, que tem que ter essa distribuição, mas que tem que incluir esses povos conforme já tinha falado ali a Kota Mulanji, a nossa sempre eterna coordenadora dos nossos povos. E incluir esses povos que também conhecem a terra, que também chegaram falando outra

1233 língua que nos tira a identidade, eu só busco a minha identidade através do meu torso, da minha
1234 roupa, do meu colar de contas, porque tudo isso foi tirado. Quando tira isso, tira a nossa terra. Então
1235 a terra que ficou para nós é o nosso corpo, a territorialidade tem que nos dar soberania, a nossa
1236 soberania alimentar, que não existe. Ali eu gostei da fala da Andira que ela diz que teremos que ser
1237 o dia que não precisamos mais, não vamos mais precisar receber a cesta básica e comer aquilo que
1238 dizem que temos que comer. Comida envenenada. A comida aquela que vai na mesa do povo, aquela
1239 comida que está justificando hoje, caracterizada um alto índice de jovens com câncer no aparelho
1240 digestivo e outras questões, muita bala, muito refrigerante. Por quê? Porque o poder rico econômico,
1241 que não pensa na vida, não pensa na terra, que destrói a terra e por isso trazemos uma política de
1242 trabalhar a teia. A teia da rota do bode, que com o tempo todo mundo já ouviu falar, tem um papel
1243 sumamente importante nessa construção, que isso é uma questão de terra e de território e mais do
1244 que isso, soberania alimentar de verdade. Quando recebemos uma cesta básica, a nossa soberania
1245 alimentar, ela vai para terra, ela some, nessa terra que esse capitalismo está fazendo o ter e que hoje
1246 está sendo destruída pelo calor da especulação que não respeita o limite da terra. Eu venho do Rio
1247 Grande do Sul onde saímos de uma enchente violenta de 02 (dois) meses e onde o poder capitalista
1248 mostrou que não tem compromisso nenhum com aquilo que dissemos que é a mãe natureza. Mas
1249 tirando esse romance da mãe natureza, mas a terra que precisamos, que vivenciamos e que
1250 precisamos manter para manter a vida. As folhas que nos dão o oxigênio, as águas que são sagradas
1251 para nós, o Potemu traz o projeto político da sagrada, as mulheres águas, quando entendemos
1252 enquanto matriz africana que toda mulher é água, sagrada as mulheres água, porque a humanidade,
1253 ela se gera na irrigação que são as águas que chamamos, com carinho, de Oxum. Para concluir o
1254 pensamento essa questão da poluição. Há poucos dias tinha 60 mil peixes mortos nadando, e esse
1255 sagrado faz parte da nossa alimentação, a nossa soberania alimentar, que é o peixe, que é a rota do
1256 bode vem dizer que é uma carne nobre que alimenta e que ele precisa da sua liberdade, que ele não
1257 tem que ficar fechado ali. A morte de muitas mulheres que não estiveram a sorte como eu de estar
1258 hoje doutoranda dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para poder pautar e defender
1259 essas causas, com essa linguagem de quem está lá na ponta, consegue entender, porque tem uma
1260 prática que é convincente de todos nós, vamos ter acordo com isso. Se fizermos uma plenária, está
1261 eu, está ele, está todos que somos militantes, mas quem tem que escutar a base que está lá, que
1262 morre como morreu agora o Maiello Orixá, foi lá uma questão da grilagem na Bahia, no Rio Grande
1263 do Sul, em todo o Brasil, tem aquele que vai lá e diz que não podemos estar lá. E quero fechar, eu
1264 vou dessensibilizando porque é impossível falar das nossas coisas sem mexer com a nossa emoção,
1265 porque nos olhamos todo dia e sabemos a roupa que temos, que vamos sair na rua e podemos ser
1266 mortos a qualquer momento. E a questão de combate ao racismo está e uma coisa não separa da
1267 outra. Então é o alimento, a comida de verdade, se não tiver comida, não tem saúde, não tem vida.
1268 Então vou deixar um pedido ao Consea de encaminhamento, ao INCRA, a todos os órgãos que
1269 trabalham a terra, que a terra para nós é soberania, a terra para nós é tudo aquilo que precisamos e
1270 que nos tiraram a partir da nossa identidade. Quando nos botaram num navio e nos trouxeram para
1271 cá, tiraram a nossa identidade e ficamos flutuando. Hoje, no século 21, de geração a geração, a
1272 oralidade fez com que sobrevivêssemos e hoje temos movimentos, órgãos como o Consea, INCRA e
1273 outros. Tem que mudar essa estrutura de fazer a política conversando com quem sofre na pele no
1274 seu dia a dia a fome e as águas porque pagamos muito caro por essa água. O território que está
1275 ocioso, que está sendo queimado com nossas folhas sagradas. Precisamos ter um encontro nacional,
1276 um debate de 01 (um) dia, porque são muitos anos de exclusão, para fazer um debate temos que ter

condições estruturais de trazer a sociedade civil, toda a sociedade, para discutir a questão política, social e cultural dos povos e comunidades tradicionais, porque todo esse processo da questão da tradição de indígenas e da questão dos povos tradicionais foi esquecido. Já começa pelo poder que tiveram de dividir povo negro e povo quilombola, todos viemos pelo mesmo navio, pelo mesmo processo e hoje somos divididos. Então alguém disse um dia, divide para poder. Eu peço ao Consea, quero deixar encaminhado enquanto lalorixá, enquanto mantenedora desta visão de mundo, que é a visão de mundo africana, que tanto produziu e deixou, para que tivéssemos hoje aqui sentado, e que nunca foi reconhecido. Peço a todos os organismos que tem esse sentimento de querer buscar esses direitos que nos foram negados, somos um povo em grande maioria que saímos da nossa terra, do nosso corpo, que é o nosso território, e a cada dia tiram o direito de exercermos a nossa territorialidade a partir da terra porque quando se fala de matriz africana, temos que virar a página. Cada um tem a sua fé, cada um acredita no Deus quer acredita ou que tem fé, agora, a tradição de matriz africana, ela é política, cultural e social, ela não é, não foi e não será religião. Ela é um poder, e o estado brasileiro que tem que assumir e reconhecer. E dentro do Consea nos sentimos muito à vontade, com legitimidade, para falar da semente, do grão. Então essas coisas estão dentro do Consea, do INCRA e de outros organismos. Desculpe, mas eu precisava falar. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Vera, obrigado por suas colocações, está chamando a atenção para essa diversidade que temos e o quanto isso precisa ser olhado. Agora o Dinaman, da APIB, online. **Sr. Dinamam Tuxá (Coordenador Executivo das Articulações dos Povos Indígenas do Brasil, APIB)** – Essa é uma pauta muito importante para o movimento indígena. Tive um problema com as empresas aéreas por isso que eu não estou presente com vocês. Muito importante o convite e é um tema que hoje está muito evidenciado, não só no cenário nacional, mas internacional, sobre a tese do marco temporal. Acho que todos já têm uma certa familiaridade com o tema e recentemente teve novos desfechos. Só para recordar aqui, fazer um breve histórico, que no final do ano passado a Suprema Corte decidiu que o marco temporal é inconstitucional e não cabe ter um marco para demarcação das terras indígenas, respeitando o nosso texto constitucional, como também reconhecendo o direito originário dos povos indígenas, que é um direito congênito, que antecede inclusive a formação do estado brasileiro e que os impactos ocasionados pela tese do marco temporal se evidenciam em diversos aspectos e principalmente o acirramento dos conflitos, como também a insegurança. E essa insegurança, falamos de uma insegurança física, porque a insegurança jurídica é o menor dos nossos problemas. O que ele está trazendo é uma insegurança física e a insegurança física é de agressão, é de risco de morte, é de fato trazer para os povos indígenas um novo cenário no que tange essa política genocida que secularmente foi movida pelo poder político, pelo poder econômico. Mas para além dessas ameaças físicas, já que o Supremo Tribunal Federal afastou a jurídica após o afastamento da tese do marco temporal declarando a sua inconstitucionalidade, houve uma grande movimentação no Congresso Nacional para aprovação da lei que hoje está em vigor, da 14.701, que traz dentro do seu conteúdo também a tese do marco temporal e outros retrocessos. Reforço aqui que essa lei é inconstitucional, a APIB ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que está sob a responsabilidade do Gilmar Mendes e trouxe o debate novamente para o Supremo, através da Câmara de Conciliação, à qual a APIB recentemente se retirou por entender que essa Câmara de Conciliação não iria afastar as ameaças que os povos indígenas têm sofrido. Dentre essas ameaças, como eu coloquei aqui, de violência, de insegurança física e jurídica, tem a segurança alimentar e nutricional e trata-se de direitos constitucionais e acesso aos territórios aonde provemos e retiramos a nossa subsistência de diversas formas, não só da coleta, não só do plantio tradicional, mas

colocamos no nosso território sempre como prioridade porque é de lá que tiramos o nosso sustento e a nossa soberania alimentar e nutricional, sem falar da soberania cultural, social, socioeconômico. Então, essa ameaça que hoje está em vigor, precisa ser afastada. E quando eu falo da soberania alimentar e nutricional, a ameaça que historicamente sempre passamos por um processo de falta de alimento, dado a retirada, o esbulho possessório, a retirada dos territórios dos povos indígenas e isso fatalmente é comprovado cientificamente que terras demarcadas há uma plenitude da sobrevivência, tanto nutricional, quanto cultural, das terras que estão em disputa ou que não foram demarcadas. Então eu tenho até uma proposta aqui, trazer para o Consea, trazer para os especialistas, fazer um levantamento mais preciso sobre os impactos do marco temporal na soberania alimentar e nutricional dos povos indígenas. A APIB tem feito esses levantamentos muito focados na questão da violência, mas eu acho que para se manifestar inclusive nos autos, que contamos com o apoio de todas as instituições que compõem a rede Consea, a sociedade civil, apontando riscos e do aumento dessa fragilidade, principalmente na questão da soberania alimentar e nutricional dos povos indígenas que o marco temporal traz. E a lei 14.701 ainda traz um agravante que é a flexibilização do usufruto exclusivo. Ou seja, terras hoje que são ocupadas pelos povos indígenas para sua subsistência, pode dar margem, por exemplo, a grandes empreendimentos de plantio de soja, que está permitido através da lei. Então trago assim uma preocupação e faça uma propositura para que tenhamos isso mais desenhado. Eu acho que todos os dados consolidados em torno das ameaças e da fragilidade nutricional alimentar ocasionada pela tese do marco temporal, tem que ser evidenciado e colocado inclusive nos autos, para que o Supremo visualize e tenha ainda mais certeza, porque a meu ver eles já têm essa certeza, porque foram 09 (nove) votos a 02 (dois), que julgaram inconstitucional essa tese. Então precisamos reforçar para Suprema Corte da necessidade da tomada de uma decisão, para que não tenhamos um prejuízo ainda maior em torno dessa tese. Porque são danos de difícil reparação, são crianças que estão passando por dificuldades, são anciões, são mulheres, são jovens, adultos, devido a essa insegurança ocasionada pela morosidade do julgamento da tese do marco temporal. Então eu peço aqui a todos vocês, na verdade eu estou clamando, porque o cenário continua a ficar cada vez mais desfavorável aos povos indígenas. E temos no final desse mês previsto para o dia 30, a PEC 48, que quer inserir no texto constitucional a tese do marco temporal, mais uma manobra do Congresso Nacional, porque também entende que a tese do marco temporal é inconstitucional, se não eles não estariam tentando mudar o texto constitucional. E munido disso, eles ainda emplacaram uma nova PEC que é justamente do arrendamento, que é para flexibilizar de vez os territórios indígenas e abrir a porteira, como foi dito no governo anterior, para que a boiada passasse e destruíssem todos os nossos territórios de vez e para que eles se apropriassem dos territórios indígenas de uma forma agora legalizada, porque hoje é ilegal o arrendamento de terra. E trago essas preocupações, essas ponderações, para que o Consea possa se somar à luta dos povos indígenas e fortalecer a nossa jornada, para combater essa tese e todas as violações e retrocessos de direitos que vai afetar, sem sombra de dúvida, a nossa soberania alimentar e nutricional que está em jogo porque dependemos dos territórios. Quero finalizar aqui com uma frase também muito famosa dos povos indígenas: “Índio, é terra; indígena, é terra. Não dá para separar”. Então, sem terra, sem demarcação de nossos territórios, infelizmente estamos fadados à extinção. Ou seja, tentaram nos exterminar, mas não conseguiram até agora, e esses 500 anos que foram de extermínio, sobrevivemos e vamos continuar existindo. Então até o último índio, vamos lutar pelas nossas crianças, pelas nossas mulheres, pelos nossos anciões, vamos continuar lutando de forma aguerrida, com a soberania alimentar para todos. Obrigado. **Sr. Antônio Adevaldo**

1365 **Dias (CNS)** – Dinanam, obrigado pela sua colaboração nessa mesa. Agora a Marciely da COIAB. **Sra.**
1366 **Marciely Ayap Tupari (Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia**
1367 **Brasileira - COIAB)** – Primeiramente agradecer o convite e também a paciência, porque realmente
1368 viemos aqui para Brasília e quando estamos aqui temos a oportunidade de fazer várias incidências
1369 ao mesmo tempo. Estarmos em vários eventos é muito importante para estarmos nesses espaços
1370 falando e trazendo algumas propostas e não é diferente também dessa mesa, que estamos falando
1371 sobre questões de segurança alimentar, da importância dos nossos territórios. E eu trago também a
1372 visão da COIAB, atualmente faço parte da coordenação executiva e hoje estamos passando por um
1373 cenário realmente de retrocesso em relação aos direitos dos povos indígenas. Vou falar agora mais
1374 voltada à questão da região da Amazônia, onde os nossos territórios estão sendo invadidos, passando
1375 por um cenário de queimadas, algumas regiões com seca extrema, e as invasões não pararam de
1376 acontecer, é algo que lutamos sempre para que acabe. E dentro da própria COIAB fizemos um
1377 levantamento junto com a gerência de monitoramento territorial indígena para saber como que está
1378 o cenário dentro dos nossos territórios e a COIAB, ela vem recebendo muitas demandas em relação
1379 à questão de falar sobre alimentação porque isso tudo afetou a alimentação dos nossos parentes.
1380 As queimadas acabaram invadindo os roçados, os rios que estão secando afetaram a questão dos
1381 peixes, com um cenário onde os peixes estão morrendo. Então vemos que ao invés do estado estar
1382 preocupado em dar o suporte, não só para os indígenas, mas para todos os povos tradicionais que
1383 estão sofrendo com isso, hoje percebemos que eles estão mais preocupados realmente em violar os
1384 nossos direitos. Acompanhamos a questão da mesa de conciliação, que o próprio Dinanam já trouxe,
1385 a questão da lei que está em vigor e vemos que se fosse por questão jurídica, essa lei já tinha sido
1386 derrubada, não existiria nem essa mesa de conciliação, mas percebemos que isso muito está voltado
1387 a questões políticas mesmo, porque sabemos que os nossos territórios tem uma importância muito
1388 grande, não só para nós enquanto povo indígena, mas para pessoas que estão de fora, olhando com
1389 esse olhar mais de querer o nosso território para vender. Então por questões políticas, percebemos
1390 que hoje as pessoas estão colocando nós, enquanto povos indígenas, como moeda de troca, que não
1391 estão se preocupando em realmente em nos defender, que estamos ali colocando a nossa vida para
1392 poder defender essa terra. Porque o que sempre colocamos, os povos indígenas, eles não olham para
1393 o território com ganância, porque temo realmente uma ligação espiritual com aquele espaço, temos
1394 uma ligação com a floresta, temos uma ligação com o rio, temos uma ligação com os animais e tudo
1395 o que precisamos, encontramos ali porque a floresta é a natureza que nos dá e hoje percebemos
1396 que nem isso ela está conseguindo fazer mais porque as pessoas estão destruindo, estão olhando
1397 realmente para ela com ganância. Esses tempos estamos participando de muitas mesas onde se fala
1398 sobre essas questões climáticas, sobre questões de segurança alimentar e percebemos que hoje o
1399 que estamos sofrendo são reflexos do que aconteceu há 20 anos atrás. Agora você imagina o que
1400 estamos fazendo hoje, o que que as gerações que estão vindo agora vão sentir daqui há 20 anos.
1401 Será que as pessoas estão preocupadas com isso? Vemos com muita preocupação também que, não
1402 desmerecendo o que vem acontecendo no Brasil, mas as pessoas elas não estão dando a visibilidade
1403 que está acontecendo na região aqui nossa como aconteceu no Rio Grande do Sul. Sabemos que, por
1404 exemplo, no Acre, as pessoas perderam seu roçado, perderam suas casas, isso no ano passado e no
1405 começo do ano agora porque sofreram com a alagação. E agora estamos num cenário ao contrário,
1406 estamos sofrendo com a seca, com a queimada, isso afeta até o próprio estado brasileiro, porque eu
1407 estava no meu estado de Rondônia onde não conseguíamos sequer pegar um vou por conta da
1408 fumaça, porque está muito incêndio dentro do meu estado. Dependendo local que você vai, antes

1409 que era um local fresco, hoje você sente num local mais quente. Então, vemos isso com muita
1410 preocupação e que o nosso próprio governo do estado, ele não se preocupou em fazer um
1411 levantamento de como isso ia afetar as pessoas, não só os povos indígenas, mas todas pessoas
1412 daquela região. Depois que já queimou tudo, que ele vem fazer uma Câmara para discutir sobre o
1413 enfrentamento à seca. Então são coisas muito preocupantes e hoje estamos realmente nessa luta de
1414 pelo menos demarcar alguns territórios indígenas que ainda estão para ser demarcados, e sabemos
1415 que muitos parentes ainda não se deram conta do problema que estão enfrentando, estamos
1416 tentando de todas as formas levar essas informações para dentro do território, mas também receber
1417 essas informações do nosso parente, porque eles estão sofrendo muito. Tem regiões que recebemos
1418 vídeo das pessoas chorando porque eles não conseguem se deslocar porque o rio está muito seco,
1419 que são locais que é 15 (quinze) dias de barco, imagina nesse período que está pior e eles não
1420 conseguem mais produzir os seus roçados, eles estão sem alimentação. E cabe muito a nós, enquanto
1421 organizações indígenas, fazer o papel que era para o estado estar fazendo, de levar o mínimo para
1422 esses povos que estão sofrendo nessas regiões. Então estamos realmente num momento que é uma
1423 calamidade, mas as pessoas não estão dando essa visibilidade que era para dar. E hoje estamos vendo
1424 que está saindo um pouco de chuva e isso ainda é uma esperança que o pessoal está tendo, mas
1425 ficamos preocupados como que vai ser nos próximos anos. Eu acho que o próprio Consea também,
1426 ele tem muito esse papel de fazer esse levantamento junto conosco enquanto organizações
1427 indígenas para que no ano que vem, que já estamos esperando algo muito pior, não passemos por
1428 essas situações que estamos passando agora. Eu falo muito relacionado ao meu estado, mas sabemos
1429 que tem outros estados estão piores ainda. Hoje estamos sofrendo com a seca que está afetando a
1430 nossa alimentação, vai saber se mês que vem estaremos enfrentando um cenário ao contrário,
1431 porque ano passado também aconteceu isso onde teve as enchentes e realmente levaram os
1432 territórios para o fundo. Então ao mesmo tempo que você tem as secas, você tem as enchentes. Ao
1433 mesmo tempo que você tem a seca, você tem as queimadas e estamos vendo que os parentes não
1434 estão conseguindo respirar direito, até eu às vezes, recebo mensagem e falo que não estou
1435 conseguindo ver, porque os meus olhos estão ardendo. Então vemos que o território, ele envolve
1436 muitas coisas para nós, e eles estão sendo destruído e ficamos muito preocupados como que o
1437 estado está vendo isso. Nós, enquanto movimento indígena, estamos traçando algumas estratégias,
1438 porque não podemos aceitar o que está acontecendo e estamos dialogando muito com a própria
1439 APIB, junto com as próprias organizações que compõem a base da APIB, estamos conversando com
1440 a própria Funai, conversando com o próprio Ministério dos Povos Indígena, para também tentarmos
1441 entender como que podemos não deixar que tudo isso aconteça com os nossos parentes. Mas acima
1442 de tudo estamos tentando também pressionar para que o próprio Gilmar Mendes acabe com essa
1443 mesa de conciliação, porque é uma coisa que não está clara é o que que ele quer conciliar, e uma
1444 coisa que dependemos muito justamente enquanto movimento indígena é que direitos indígenas
1445 não se negocia. Então eu terminei minha fala com isso e eu estou aqui com o meu nenê. **Sr. Antônio**
1446 **Adevaldo Dias (CNS)** –Marciely, obrigado por sua participação. Inclusive cuidando seu bebê ao
1447 mesmo tempo, mas dando essa importante contribuição. Eu acho que a Marciely fez questão de
1448 relatar realmente um momento muitíssimo crítico que toda a região da Amazônia vem enfrentando
1449 e me o mais incrível é que parece que isso vai se naturalizando, os desastres para comunidades, a
1450 invisibilidade daquelas situações. Como falei no início, é pessoas que produziram e perderam a
1451 produção de 01 (um) ano e é simplesmente ignorado. Então parece que virou a naturalidade. Então
1452 acho que ela chamar a atenção para isso é superimportante para um público tão importante como é

o do Consea. Vamos abrir aqui para quatro falas de 02 (dois) minutos. Itanajara começando. **Sra. Iyá Itanajara de Ósún (Fonsanpotma)** - Boa tarde. Benção daqueles que possam me abençoar. Sou Itanajara de Oxum, sou de Porto Alegre Rio Grande do Sul, coordenadora executiva do Fonsanpotma, também represento esse Conselho Nacional e também do Rio Grande do Sul. Então acho que a nossa fala aqui é mais para parabenizar todas as falas que vieram antes e é sobre isso que estamos aqui, exatamente para ouvir e falar também aquilo que é necessário. E uma das coisas percebemos durante as várias falas que é urgente que o governo atenda às nossas necessidades para que ajam com velocidade as demarcações para uso coletivo dos territórios aonde estão muitos povos e comunidades tradicionais, sendo ameaçados e até mortos por defender seu direito de existir. O terceiro plano de SAN, aponte a necessidade no campo e na cidade para que as pessoas tenham espaços coletivos de produção e abastecimento, e essa luta ela é genuína e relevante e para que essa questão também precisamos buscar as terras aonde existem trabalho escravo e que o colonizador ainda se sustenta nesse lugar de opressor. O território, a partir do nosso corpo, como disse a nossa Vera, possa se estender para que possamos estar livres de tudo aquilo que ainda nos aprisiona. Muito obrigada. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Obrigado Itanajara. Agora Fernanda Bairros. **Sra. Fernanda Bairros (Conselheira Consea)** – Bom dia a todos e a todas. Eu sou Fernanda Bairros, conselheira titular pela Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar. Então cumprimento à mesa, agradeço por todas as falas. Eu gostaria de ter me inscrito na mesa anterior também, mas como tinha muitas falas eu me inscrevo dialogando principalmente com o que determina as nossas existências nesse país. Eu acho que o tema dessa plenária importante, mas debatendo sem o pano de fundo que é as relações étnico-raciais forjadas nesse país, não conseguimos dar conta do território, territorialidade, do acesso ao alimento e segurança alimentar. Então eu acho que essa mesa de agora dialoga muito com a mesa anterior, uma pena que membros da outra mesa não pudessem estar aqui dialogando, ouvindo a fala de vocês e também dialogando um pouco com a Marciely. Eu sou do Rio Grande do Sul, eu sei o que as populações negras, indígenas, povos e comunidades tradicionais passaram diante esses 02 (dois) meses de enchente, mas eu sei Marciely, que toda a visibilidade que o Rio Grande do Sul teve, perpassa pelas relações étnico-raciais do nosso país, que é uma população majoritariamente branca que deu visibilidade nacionalmente. Então eu queria só deixar o quanto que essa pauta sem o pano de fundo de relações étnico-raciais não vamos conseguir avançar. E parabéns e muito obrigada à mesa. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Obrigado, Fernanda. Agora Milena Prado. **Sra. Milena Prado (Conselheira Consea)** - Bom dia. Eu estou aqui estreando junto com vocês, minha primeira reunião no Consea, eu estou substituindo a minha colega do Dieese, que era a Adriana Marcolino e fico muito feliz de ter iniciado no momento com mesas tão importantes das quais dialoga inclusive com o trabalho que fazemos, que é sobre, que não é o tema, mas que está absolutamente relacionado com isso, com as comunidades, com os povos tradicionais, com os povos indígenas, com os sem-terra, com os camponeses, com a agricultura familiar. Estamos fazendo um estudo sobre a eólica no Nordeste, falo porque venho do Nordeste, eu sou de Recife, Pernambuco, e temos visto a grande desterritorialização que tem ocorrido com todos os povos, com aqueles que já ocupavam, com os grandes empreendimentos que estão chegando no Nordeste. Porque o Nordeste hoje é o lugar que vai produzir energia solar e eólica para o país como um todo, em nome de um outro processo de industrialização, de uma neointustrialização. E eu queria chamar atenção que esse tema está correlacionado com a discussão da insegurança alimentar que vem gerando naquela região exatamente porque a terra está perdendo a sua função social, porque os agricultores familiares estão sendo expulsos de suas terras, as comunidades tradicionais,

os povos ribeirinhos, as marisqueiras, os pescadores, porque isso tem avançado não só para dentro do semiárido e do bioma Caatinga, como também agora a nova fase vai ser nos mares. Então todo o território, todo o litoral do Nordeste ele está retalhado para a instalação daqueles grandes cataventos que vão entrar nos mares e os pescadores e marisqueiras não mais poderão acessar essas terras. Então isso traz para nós, eu gostaria de resumir, está ocorrendo, como disse um companheiro na mesa anterior, uma reforma agrária às avessas. Estamos vivendo uma reconfiguração da estrutura fundiária no Nordeste por conta exatamente de todo esse processo que houve da entrada energia fotovoltaica e eólica, concentrando terras no semiárido, destruindo a caatinga e expulsando as pessoas que cultivavam os alimentos em suas terras. Como diria os povos: “Se o povo no campo não planta, a cidade não janta”. Obrigada. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Obrigado Milena. Agora Daniel. **Sr. Daniel Paz dos Santos (Representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua)** - Eu só gostaria de dar visibilidade um pouco mais para a população de rua, porque também fazemos parte dos povos tradicionais, mesmo excluindo a gente desses povos tradicionais, a rua é a único território que acolhe o negro, o índio, o branco, amarelo, a rua não tem preconceito, a rua acolhe. Então eu gostaria que também fizéssemos parte do grupo, que vocês botaram a mesa, eu me senti excluído porque eu também faço parte disso. Estou dentro do Consea para dar visibilidade à fome, para dar visibilidade ao preconceito, para dar visibilidade à distância que deixa uma rua de dentro de mesas que nem essa. Somos povos tradicionais, a rua já vem lá desde Cristo, e veem a população de rua como inexistente nesse país. Então eu preciso que vocês incluam a população de rua também nessas mesas tradicionais, porque temos voz, temos vez, viemos aqui para dentro desse Conselho para dar visibilidade para nosso povo, eu fiquei muito triste mesmo de vocês montar uma mesa de povos tradicionais e nem citar a população em situação de rua. A gente existe, a gente está aqui, a gente quer participar e construir junto a democracia desse país, dar visibilidade à população de rua, não ser excluído dentro de um Conselho que nem esse, principalmente numa mesa tão importante que nem essa que é os povos tradicionais. Eu me sinto um povo tradicional, eu vim da rua, eu vim de algum espaço onde parei em situação de rua, por isso que eu não quero mais ser invisível dentro de debates como esse que está acontecendo aqui hoje. Obrigada. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Obrigado, Daniel. Agora Carivalda. **Sra. Carivalda Ribeiro Sousa (Consea – SE)** – Bom dia a todos. Boa tarde a todos, todas e todes. Eu sou Carivalda, a Valda cigana, Ganesha do estado de Sergipe, eu estou ocupando uma cadeira como presidente do Consea Estadual. Quero parabenizar a todos, mas o motivo que me fez vim aqui é para convidar vocês que no dia 27 de novembro estaremos fazendo um encontro de povos e comunidades tradicionais dentro da segurança alimentar no estado de Sergipe. Então que depois me passem o e-mail para que eu possa mandar o convite. E também falar sobre a terra. Primeiro dar uma saudação aqui, Optcha para todos, que significa salve para o povo cigano. Dizer que a terra para nós é uma mãe, porque a terra ela dá, ela come. Então temos que ter respeito por essa terra. O povo cigano não é muito diferente de outros povos, eles também têm algumas coisas parecidas e assim, companheiro, o que você falou aqui é porque temos que entender que a mesa foi criada com o povo indígena e com o pessoal do Fonsanpotma, mas eu também sou cigana e eu participo do Consea e eu me sinto representada dentro do Consea. E se sinta representado porque o Consea, ele age assim, aos poucos. E dizer a vocês que vamos à luta, você também está convidado para o nosso encontro lá em no estado de Sergipe e sabemos que vamos conquistar o nosso lugar, de fato, porque os povos ciganos, eles também não são falados e você vê que durante o período todo aqui ninguém falou em cigano, é povo tradicional e nos enquadraram ali dentro e fica engavetado. E o que eu quero dizer é que a escravidão

1541 ainda não acabou, ela apenas mudou a forma de castigar. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Valda,
1542 muito obrigado. Agora um minuto para cada pessoa que compôs esse painel, para suas
1543 considerações e diálogo com as pessoas que falaram aqui. E começamos pela Lúcia. **Sra. Lúcia Alberta**
1544 **Andrade (Funai)** – É importante com base no que foi falado pela parenta Marciely, pelo próprio
1545 Dinamam, que vocês estão vivendo, vendo, sentindo, que hoje estamos vivendo uma outra forma de
1546 racismo, que é um novo conceito que a ministra do meio ambiente tem falado bastante que é a
1547 questão do racismo ambiental. Quem são as pessoas que estão impactadas hoje pelos efeitos das
1548 mudanças climáticas? São as minorias étnicas, os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais,
1549 então essa também é uma pauta que precisamos trazer para essa mesa. Isso tem tudo a ver com a
1550 segurança alimentar e nutricional. Hoje os parentes ainda tentam seguir os calendários
1551 astronômicos, astrológicos, calendários tradicionais, mas as mudanças climáticas bagunçaram tudo
1552 isso e é uma realidade, então é uma questão que hoje precisamos colocar como uma das diretrizes
1553 das nossas políticas públicas, precisamos informar os povos e comunidades tradicionais, os povos
1554 indígenas essas previsões dos nossos cientistas, porque as roças não vão mais produzir na época que
1555 deveria. Então obrigada a cada um e a cada uma de vocês, e esperamos cada vez mais o apoio de
1556 vocês aos povos indígenas do nosso país. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Obrigado, Lúcia.
1557 Dinamam para suas considerações. **Sr. Dinamam Tuxá (APIB)** - Pessoal, só reforçar e agradecer. Eu
1558 acho que a Lúcia, a Marciely, todos que colaboraram aqui também de certa forma, quero dizer que
1559 somos solidários, somos um segmento dos povos indígenas, mas dizer que nos somamos a todos ou
1560 qualquer outra luta que possam precisar de nossa ajuda, assim como pedimos ajuda a todos vocês,
1561 também estamos aqui solidários a todos os segmentos que compõem a sociedade civil. E reforçar
1562 esse projeto político de extermínio, que quando se fala de racismo, é o racismo de fato estrutural,
1563 existe uma necropolítica que sabemos quem são os alvos, e dizer que os povos indígenas dentro de
1564 todo esse contexto continuarão lutando e se somando à luta de todos e de todas para que
1565 consigamos, de fato, um dia, termos nossos direitos não só garantidos, como de fato hoje tem
1566 muitos, mas que eles sejam respeitados e implementados. Então digo ao povo que avance,
1567 demarcação já e seguimos na luta meu povo. Obrigado. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Obrigado,
1568 Dinamam. A Marciely está cuidando da bebê, por isso não vai fazer suas considerações. Então passo
1569 para a Vera Soares. **Sra. Vera Soares (Fonsanpotma)** – Considerando tudo que ouvimos, esses
1570 aprendizados que quando sentamos para escutar faz parte da minha tradição, sentamos para escutar
1571 para um dia poder levantar e ensinar e é assim que a natureza nos ensina e é assim que o tempo
1572 passa, e o tempo para nós é sagrado. Às vezes desrespeitamos um pouquinho, mas o tempo é
1573 sagrado. Esse espaço, esse momento do encontro, dessa plenária nobre do Consea, com todos os
1574 seus convidados, com todos os organismos, que tem como essência se preocupar com a vida humana
1575 e também com tudo que tem vida a partir da terra, que a terra tem vida, ela requer e encaminha a
1576 cada vez que sentamos para que tenha um novo momento. Por quê? Porque história da terra, a
1577 história da territorialidade, a história do território, ela tem muito a ser construído. E tudo o que foi
1578 falado aqui está intrínseco dentro dessa coisa maravilhosa chamada Terra. Então eu quero agradecer
1579 a oportunidade, perdão pela emoção, mas dizer: “Vamos para casa todos nós e vamos pensar nisso,
1580 a terra precisa reparos, precisamos de mesa como essa”, e como todos que aqui já falaram, com todo
1581 esse plenário, Kota Mulanji, Itanajara, Ogan Silvestre, minhas bênçãos, nós precisamos juntar todas
1582 essas forças para vencer esses diversos sistemas, capitalismo, nazismo e todos os ismos que nos
1583 destrói. Axé para nós todos, e pensem nisso. **Sr. Antônio Adevaldo Dias (CNS)** – Obrigado, Vera.
1584 Pessoal, agradecemos cada um que participou dessa mesa, vocês também que colaboraram e espero

1585 que essa luta dos povos e comunidades tradicionais que estão minimamente representadas aqui, do
1586 ponto de vista do número que somos, de diferentes povos, mas que esse aspecto dessa discussão de
1587 territorialidade é central para todos os povos, e que tenhamos a oportunidade de fato de discutir
1588 mais vezes essas especificidades que é muito singular de cada povo. Muito obrigado. **Orientações**
1589 **sobre reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho. Sra. Elisabetta Recine (Presidenta do Consea)**
1590 - Quero agradecer Adevaldo pela coordenação e a todos que participaram. Lembro que voltamos
1591 aqui para esse plenário às 02 (duas) da tarde para ter a fala dos ministros e ministras que foram
1592 convidados. Antes disso, eu quero passar a palavra para Renata, presidenta do Consea do Rio de
1593 Janeiro. **Sra. Renata (Presidente Consea do Rio de Janeiro)** - Muito obrigada. Boa tarde a todos e
1594 todos. Em nome da Comissão Permanente dos Conseas Estaduais (CPCE), gostaríamos de prestar
1595 uma homenagem a nossa querida Lilian Rahal. Ela recebeu uma homenagem internacional e
1596 gostaríamos de prestar também a nossa homenagem, uma menção honrosa. “Querida Lilian Rahal,
1597 a Comissão de Presidente dos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, gostaria de
1598 prestar uma homenagem à sua trajetória brilhante e incansável no enfrentamento à fome e na
1599 promoção da segurança alimentar. Assim como a fundação Bill e Melinda Gates, reconhecemos a
1600 importância da sua liderança no enfrentamento à fome, e queremos destacar o seu papel
1601 fundamental nessa luta e sua contribuição no fortalecimento do sistema nacional de segurança
1602 alimentar e nutricional, especialmente no controle social. Seu trabalho é uma inspiração e sua
1603 dedicação tem sido crucial para a construção de um país mais justo, com dignidade e inclusão para
1604 todos. Com profunda admiração e respeito, CPCE”. Parabéns. **Sra. Lilian Rahal** - Agradeço às
1605 presidências dos Conseas pela menção honrosa e pela homenagem. Eu tenho dito para todo mundo
1606 que isso não muda muito na vida, aliás, não muda nada na vida, mas quem sabe chama mais atenção
1607 para nossa agenda para fazermos as coisas que precisamos. Todos estamos vivendo momentos
1608 difíceis em todos os lugares, acho que essa mesa trouxe boas reflexões e vamos juntas, juntos, juntas
1609 batalhando para nossa agenda ter visibilidade, reconhecimento e orçamento, e que às vezes
1610 participamos dessas coisas com essa expectativa, de um reconhecimento do trabalho do governo
1611 brasileiro e de todas as pessoas que se dedicam na sociedade civil, na participação social, por essa
1612 agenda tão importante que os Conseas, o Consea, as organizações todas vem batalhando todos os
1613 dias. Seguimos todos, todas, todes nessa batalha. E muita força para todos os Conseas e a nossa
1614 agenda nos governos. Muito obrigada. **Sra. Elisabetta Recine (Presidenta do Consea)** - Obrigada,
1615 Lílian. Então a Secretaria toma a palavra para dar as orientações da tarde. **Sr. Marcos Aurélio Lopes**
1616 **Filho (Secretaria)** – Reforçando, às 02 (duas) da tarde retomamos aqui para sessão com os
1617 pronunciamentos ministeriais. Já temos confirmados a ministra Macaé Evaristo, ministro Airton Dias,
1618 ministro Márcio Macedo. Quanto mais pontuais formos, mais tempo teremos para as comissões
1619 permanentes e para CPCE. Depois às 03 (três) da tarde vamos para reuniões das comissões
1620 permanentes e da CPCE. Os grupos de trabalho começam às 05 (cinco) horas. Amanhã de manhã
1621 voltamos direto para salas das comissões permanentes e da CPCE. As salas estão expostas na tela e
1622 também chegou por e-mail. E à tarde, a sessão plenária vai ser no auditório do GSI, atrás do Cecad.
1623 **08 de outubro de 2024 – tarde. Ponto de Pauta. Pronunciamentos Ministeriais.** Sem gravação.
1624 **Ponto de Pauta. Reunião das CPs e CPCE.** Sem gravação. **Ponto de Pauta. Reunião dos Grupos de**
1625 **Trabalho.** Sem gravação. **09 de outubro de 2024 – manhã. Ponto de Pauta. Reunião das**
1626 **Comissões Permanentes (CPs) e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE).** **09 de**
1627 **outubro de 2024 – tarde. Abertura. Sra. Elisabetta Recine (Presidenta do Consea)** - A agenda da
1628 tarde começa com o informe da comissão responsável pela renovação do conselho; depois disso nós

1629 vamos para também para um informe da Secretaria sobre o terceiro Plansan e o Brasil Sem Fome
1630 depois nós vamos para uma sessão de deliberações e para a plenária que tem relação com as
1631 recomendações que saíram da CPs. Nós vamos fazer um bloco só de deliberação onde as
1632 coordenações da CPs vão apresentar suas recomendações e vão contextualizar. A gente vai fazer
1633 uma sessão de recomendações depois disso a gente volta para uma sessão de informe a respeito de
1634 uma PEC de 2023 que já demos informe no ano passado. É uma proposta de alterar o artigo 6º da
1635 Constituição. A gente quer fazer um relato para atualizar a plenária e depois nós vamos para os
1636 relatos da CPs, GTs, CPCE e fechamos com informes. O primeiro ponto de pauta é o informe sobre o
1637 edital de 2024 que estabelece as regras para renovação do conselho para o mandato 2025-2027. Eu
1638 quero chamar a comissão que foi definida aqui nessa plenária e que foi eleita conforme estabelecido
1639 na Resolução nº 3. Chamo a comissão. A palavra com a Mazé depois com a Amélia.**Ponto de Pauta.**
1640 **Informe sobre o Edital nº 01/2024/CONSEA.** Trata do processo de seleção pública por meio de
1641 consulta entre pares para composição de lista de indicação de representações da sociedade civil para
1642 integrar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Mandato 2025/2027. O Consea
1643 lançou um edital inovador para a seleção pública de organizações da sociedade civil que irão compor
1644 o conselho no próximo mandato (2025-2027). Este é o primeiro edital público e aberto na história do
1645 Consea, representando um marco na busca por um conselho mais plural, diverso e representativo.
1646 **Principais Pontos do Edital.** Inovação e Transparência: O edital destaca a inovação do processo
1647 seletivo, que pela primeira vez é realizado de forma pública, transparente e acessível a todas as
1648 organizações da sociedade civil que atuam na área de segurança alimentar e nutricional. Critérios da
1649 Conferência: Os critérios para a seleção das organizações foram definidos na Conferência Nacional
1650 de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo que o processo seletivo reflita a vontade da
1651 sociedade civil. Representação Coletiva: O edital prioriza a representação coletiva, buscando
1652 organizações que representem um conjunto de atores sociais e não apenas interesses individuais.
1653 Diversidade e Engajamento: O edital busca garantir a representatividade da diversidade da sociedade
1654 civil brasileira, com a participação de organizações de diferentes regiões, segmentos e áreas de
1655 atuação. Prevenção de Conflitos de Interesse: O edital prevê mecanismos para prevenir conflitos de
1656 interesse, garantindo que os conselheiros atuem em defesa do interesse público. Consulta entre
1657 Pares: O processo seletivo inclui uma etapa de consulta entre pares, na qual as organizações
1658 habilitadas se reunirão por segmento para debater e definir quais organizações ocuparão as vagas
1659 no conselho. **Etapas do Processo Seletivo.** 1. Preparação de documentos: As organizações
1660 interessadas devem reunir a documentação necessária para a inscrição. 2. Inscrições: As inscrições
1661 serão realizadas online, através do site do Consea. 3. Avaliação das inscrições: A comissão de
1662 indicação avaliará as inscrições e publicará a lista das organizações habilitadas. 4. Classificação e
1663 habilitação: As organizações serão classificadas de acordo com a pontuação obtida e habilitadas para
1664 a plenária de consulta entre pares. 5. Plenária de consulta entre pares: As organizações habilitadas
1665 se reunirão por segmento para debater e definir quais organizações ocuparão as vagas no conselho.
1666 6. Indicação dos representantes: As organizações selecionadas indicarão os nomes dos
1667 representantes titulares e suplentes que irão compor o conselho. **Comissão de Indicação.** A comissão
1668 de indicação é responsável por conduzir o processo seletivo. Ela é composta por representantes do
1669 governo e da sociedade civil, buscando garantir a paridade e a representatividade. **Prazo de**
1670 **Inscrição.** O prazo de inscrição para o edital será ampliado. A nova data será divulgada em breve no
1671 Diário Oficial da União e no site do Consea. **Considerações Finais.** O edital para a composição do
1672 Consea representa um avanço na democratização do espaço e no fortalecimento da participação da

sociedade civil na construção das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. É fundamental que as organizações da sociedade civil se mobilizem e participem do processo seletivo, garantindo que o novo conselho seja representativo da diversidade e da pluralidade da sociedade brasileira. **Recomendação.** Recomenda-se que as organizações interessadas leiam atentamente o edital e preparem a documentação necessária para a inscrição. É importante acompanhar as atualizações sobre o prazo de inscrição e outras informações relevantes no site do Consea. **Ponto de pauta. Processo de elaboração do III Plansan e revisão do plano Brasil Sem Fome.** Discussão sobre o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan). O plano, que está em fase de elaboração, tem como objetivo principal fortalecer as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Principais pontos abordados:** Oficina sobre o Sisan: Foi realizada uma oficina para discutir o financiamento, a regulamentação e a pactuação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Financiamento: Há uma proposta de utilizar o mesmo mecanismo do PNAE para a transferência de recursos, através de um projeto de lei que está em fase de elaboração. Regulamentação: A prioridade é regulamentar a vigilância dos exames, com pesquisas em parceria com o IBGE e a participação da Monique da Está. Pactuação: Será realizado um encontro das Caisan estaduais em março do ano que vem para iniciar o diálogo e a criação de um fórum. Plano de Segurança Alimentar e Nutricional: Um GT com 11 ministérios foi criado para elaborar o plano, com a participação do Consea. O plano priorizará estratégias de integração das políticas públicas do governo federal. Serão definidos grandes anúncios para cada tema prioritário, com desafios e estratégias intersetoriais. O plano terá como base o PPA e indicará caminhos para garantir a segurança alimentar e nutricional. Diretrizes serão desenhadas para orientar os planos estaduais e municipais. Uma oficina da Caisan sobre o Plansan contou com a participação de diversos ministérios e entidades. Foram definidos 11 temas prioritários, com anúncios e ministérios responsáveis por cada um. Cronograma de elaboração do plano: Reuniões multilaterais com os "guardiões" dos temas para afinar as propostas (14/10 a 05/11). Oficina virtual para apresentar o primeiro esboço do Plansan (primeira quinzena de novembro). Apresentação da proposta para o pleno executivo da Caisan (21/11). Apresentação da proposta para o Consea (26/11). Sistematização das contribuições (27/11 a 03/12). Aprovação no pleno ministerial (10/12). Programa Brasil sem Fome: O programa busca alcançar 8,7 milhões de pessoas que ainda passam fome no Brasil. Um protocolo está sendo desenvolvido para identificar e incluir pessoas em risco de insegurança alimentar no Cadastro Único e em políticas públicas. Ações de larga escala estão sendo planejadas para alcançar o maior número de pessoas em situação de fome. O programa busca atender populações da cidade e do campo, com atenção para grupos mais vulneráveis. Diversas ações já foram realizadas, como decretos de políticas de abastecimento e alimentação saudável nas escolas, a estratégia Alimenta Cidades e a criação do indicador de risco de segurança alimentar municipalizado. O objetivo é erradicar a fome no Brasil, com o desafio de alcançar o "núcleo duro" de pessoas que ainda sofrem com a insegurança alimentar. **Considerações Finais:** A discussão sobre o Plansan e o programa Brasil sem Fome demonstra o compromisso do Consea em fortalecer as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. O plano, em fase de elaboração, busca integrar as ações do governo federal e promover a participação da sociedade civil na construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável. O programa Brasil sem Fome, por sua vez, busca alcançar aqueles que ainda sofrem com a fome, com ações de larga escala e foco em grupos vulneráveis. **Recomendação:** É fundamental que a sociedade civil se mantenha atenta à elaboração do Plansan e à implementação do programa Brasil sem Fome, participando dos debates e contribuindo para a construção de um futuro com segurança alimentar e

1717 nutricional para todos. **Ponto de Pauta. Deliberações da Plenária. Sra. Elisabetta Recine (Presidenta**
1718 **do Consea)** - Vamos iniciar agora a sessão de apreciação das recomendações. A reunião plenária do
1719 Consea apreciou e deliberou sobre diversas recomendações de suas Comissões Permanentes (CPs) e
1720 Grupos de Trabalho (GTs). **CP1.** Recomendação 1: Enfatiza a necessidade de um mecanismo de
1721 financiamento estável para o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan),
1722 buscando a aprovação de um projeto de lei que garanta o repasse automático de fundos federais
1723 para estados e municípios. Aprovada por unanimidade. Recomendação 2: Manifesta preocupação
1724 com a regulamentação do mercado de apostas, defendendo que a proteção ao consumidor seja feita
1725 sem estigmatizar grupos vulneráveis, como beneficiários de programas de transferência de renda.
1726 Sugere campanhas educativas sobre os riscos de apostas online, com foco em escolas e mídias.
1727 Aprovada com a observação de ampliar as estratégias de informação e educação. **CP2.**
1728 Recomendação 1: Recomenda à COP30 que a alimentação oferecida no evento seja proveniente da
1729 agricultura familiar, produção agroecológica e sociobiodiversidade, alinhada ao Guia Alimentar para
1730 a População Brasileira. Aprovada por unanimidade. Recomendação 2: Recomenda ao STF que
1731 reconheça a validade da RDC 24/2010 da Anvisa, que estabelece requisitos para a oferta de
1732 propaganda de alimentos com excesso de ingredientes nocivos à saúde. Aprovada por unanimidade.
1733 Recomendação 3: Recomenda à Anvisa e ao MAPA um processo regulatório coordenado e
1734 transparente para alimentos vegetais análogos a produtos de origem animal, com participação social
1735 e base técnica científica. Aprovada por unanimidade. **CP4 e CP5 (conjunta).** Recomendação:
1736 Recomenda ao Ministério da Justiça e outros órgãos a garantia do direito humano à alimentação
1737 adequada no sistema prisional e socioeducativo, através de presença de nutricionistas como
1738 responsáveis técnicos. Sistema de avaliação, monitoramento e fiscalização da qualidade das
1739 refeições. Referenciamento da alimentação nas diretrizes da política nacional de alimentação e
1740 nutrição, direitos humanos e guias alimentares. Readequação de contratos e descredenciamento de
1741 empresas que não cumprirem o DHAA. Preparo das refeições nas próprias unidades com mão de
1742 obra da população privada de liberdade, com remição de pena. Estrutura física adequada para
1743 preparo, oferta e consumo de refeições. Salas de apoio à alimentação em ambientes adequados.
1744 Alimentação complementar para crianças de acordo com o guia alimentar. Aprovada com sugestões
1745 de aprimoramento do texto, como a inclusão do decreto da cesta básica e a participação da
1746 população privada de liberdade na elaboração do plano. **CP4.** Recomendação: Recomendação para
1747 a Presidência da República, Ministério da Fazenda e outros órgãos a criação de mecanismos políticos
1748 e institucionais para a redução da taxa de juros, visando fortalecer o orçamento da União para a
1749 garantia do DHAA e combate à fome. Aprovada com a decisão de retirar a minuta para
1750 aprimoramento e posterior reapresentação à plenária. **CP6.** Recomendação: Recomenda ao STF a
1751 declaração de inconstitucionalidade da Lei 14.701/2022 (Lei do Marco Temporal), que regulamenta
1752 o artigo 231 da Constituição sobre terras indígenas. Aprovada por aclamação. **CP7.** Recomendação:
1753 Recomenda à Caisan e outros órgãos a viabilização de recursos para uma reforma da Terra e dos
1754 territórios popular e reparatória, com foco na territorialidade dos povos e comunidades tradicionais,
1755 considerando suas especificidades e necessidades. Aprovada com sugestões de aprimoramento do
1756 texto, como a substituição de "reforma da Terra" por "reforma agrária", a inclusão do INCRA como
1757 destinatário e a menção à urgência na realização da reforma. **Considerações Finais.** As deliberações
1758 do Consea demonstram o ativismo do Conselho em temas cruciais para a garantia da segurança
1759 alimentar e nutricional, como o financiamento do Sisan, a regulamentação de alimentos, a
1760 alimentação em grandes eventos, o direito à alimentação no sistema prisional e a reforma agrária.

1761 As recomendações aprovadas visam incidir sobre as políticas públicas e fortalecer a participação da
1762 sociedade civil na construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável. **Ponto de Pauta.**
1763 **Proposta de Emenda à Constituição nº 17 de 2023.** Altera o art. 6º da Constituição Federal para
1764 dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental. **Sra. Elisabetta Recine**
1765 **(Presidenta do Consea)** fez um informe detalhado sobre o tema, contextualizando a proposta e seus
1766 possíveis impactos. Histórico da PEC: A PEC, de autoria do senador Alan Rick do Acre, propõe
1767 substituir a expressão "alimentação" por "segurança alimentar" no artigo 6º da Constituição. Essa
1768 alteração, segundo a avaliação do Consea, representa um retrocesso, pois a segurança alimentar é
1769 um conceito mais amplo que abrange diversos aspectos, enquanto a alimentação como direito é um
1770 direito humano fundamental. Ações do Consea: Diante da gravidade da proposta, o Consea elaborou
1771 duas notas técnicas com o objetivo de apresentar argumentos contrários à alteração do artigo 6º. As
1772 notas foram enviadas ao senador Alan Rick, à relatora da PEC, senadora Professora Dorinha de Goiás,
1773 e ao presidente da Comissão de Justiça e Constituição do Senado. Negociação no Congresso: O
1774 governo federal, por sua vez, iniciou um processo de negociação com o senador Alan Rick e a relatora
1775 da PEC. A proposta inicial do senador era retirar a alimentação do artigo 6º, mas após negociação,
1776 chegou-se a um substitutivo que mantém a alimentação como direito, porém a subordina à
1777 segurança alimentar e nutricional. Riscos do Substitutivo: Apesar de manter a alimentação como
1778 direito, o substitutivo apresenta riscos, pois a política de segurança alimentar e nutricional pode ser
1779 utilizada para restringir o acesso à alimentação adequada. Além disso, a redação do substitutivo é
1780 considerada confusa e pode gerar interpretações diversas, fragilizando o direito à alimentação.
1781 Preocupações do Consea: O Consea manifestou grande preocupação com os riscos da PEC, tanto em
1782 sua versão original quanto no substitutivo. A entidade defende que a alimentação é um direito
1783 humano fundamental e que a segurança alimentar e nutricional é um instrumento para garantir esse
1784 direito, e não o contrário. Próximos Passos: O Consea, em conjunto com outras organizações da
1785 sociedade civil, está monitorando de perto a tramitação da PEC no Senado. A entidade pretende
1786 intensificar o diálogo com os parlamentares e com o governo para defender a manutenção da
1787 alimentação como direito no artigo 6º da Constituição. Considerações Finais: A discussão sobre a PEC
1788 do artigo 6º demonstra a importância da participação da sociedade civil na defesa dos direitos
1789 humanos. O Consea, como espaço de diálogo e articulação, tem um papel fundamental nesse
1790 processo, mobilizando suas forças para garantir que a alimentação continue sendo um direito
1791 fundamental no Brasil. Recomendação: É fundamental que a sociedade civil se mantenha atenta à
1792 tramitação da PEC e se mobilize para defender o direito à alimentação. **Ponto de Pauta. Relato das**
1793 **CPs, GTs e CPCE.** **Sra. Elisabetta Recine (Presidenta do Consea)** - Vamos fazer os relatos da CPs
1794 lembrando que a mesa diretiva decidiu que faríamos um relato extremamente ao ponto o que quer
1795 dizer porque nós notamos que às vezes nos relatos ficam longos que na verdade em vez da gente
1796 informar a plenário a gente está dispersando a plenário. Foi um compromisso que nós assumimos
1797 coletivamente. **CP2.** Teve ampla participação de membros do governo e da sociedade civil.
1798 Discutiram a regulamentação de produtos alimentícios vegetais, com alterações na minuta e
1799 solicitação de documentação do processo regulatório ao MAPA. Aprovaram a minuta de
1800 recomendação sobre alimentação na COP30. Discutiram o caso da RDC 24 e a necessidade de
1801 apresentar as recomendações na plenária. Monitoraram a execução do orçamento da Sisan, com
1802 foco nas rubricas relacionadas à CP2. Discutiram as interfaces entre território e a agenda da CP2, que
1803 se dedica à cidade urbana e ao consumo. Defenderam a manutenção do orçamento de 2025 e a
1804 incidência no orçamento de 2026. Sugeriram seguir o exemplo do Conselho Nacional de Saúde no

1805 monitoramento do orçamento. A reforma tributária foi apontada como um ponto crítico, com a
1806 defesa de que seja votada ainda este ano. O Brasil fez o necessário para subsidiar a resolução da OMS
1807 sobre marketing de produtos que ameaçam a amamentação. Encaminhamentos: Incidir sobre a
1808 reforma tributária de acordo com as movimentações políticas. Atualizar e aprofundar o debate sobre
1809 reforma agrária e saúde na próxima gestão. Fortalecer o monitoramento do orçamento da Sisan. **GT**
1810 **de Conflito de Interesses.** Irá realizar uma roda de conversa virtual sobre o tema para os conselheiros
1811 nacionais no dia 7 de novembro. **CP3.** Discutiram os subsídios produzidos por duas atividades
1812 autogestionadas: o seminário de cultura alimentar e políticas públicas e a roda de conversa virtual
1813 sobre o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional. Debateram a necessidade de um
1814 Marco de cultura alimentar para políticas públicas. Encaminhamentos: Sistematizar e analisar
1815 documentos sobre o tema. Identificar as escutas necessárias para a construção do Marco de Cultura
1816 Alimentar. Identificar políticas, programas e iniciativas afins ao tema. Elaborar o documento
1817 "Caminhos para a construção do Marco de Cultura Alimentar para Políticas Públicas". Outros pontos:
1818 O GT realizará mais duas atividades autogestionadas até a próxima plenária. Foi destacada a
1819 importância de ter tempo qualificado para vivenciar experiências de cultura alimentar. Foi proposta
1820 a participação de Almir para apresentar os editais do Ministério da Igualdade Racial sobre cultura
1821 alimentar quilombola e de terreiro. **CP7.** Debateram o retrocesso da RDC 49, que dificulta a
1822 comercialização de produtos da agricultura familiar e da economia solidária. Foi solicitada uma
1823 audiência pública com a Anvisa para discutir o tema. Debateram a necessidade de convidar a Anvisa
1824 para discutir a RDC 49 no âmbito do PNAE. **CP5.** Discutiram o tema da água, com enfoque no Marco
1825 temporal e na necessidade de racionalizar o debate sobre a reforma agrária popular. Recomendaram
1826 um orçamento prioritário reparativo para povos e comunidades tradicionais, populações negras e
1827 indígenas no âmbito do tema da plenária. Discutiram a necessidade de tratar o tema da água
1828 pensando na população em situação de rua. Discutiram ações do Ministério da Saúde no
1829 enfrentamento ao racismo e a necessidade de uma reunião técnica para aprimorar os dados do Sisan
1830 sobre raça/cor. O GT pensou em uma campanha antirracista, mas decidiu fazer uma sensibilização
1831 antirracista com foco na fome e no enfrentamento ao racismo. Discutiram a participação do MIR no
1832 G20 e a inclusão do MIR como guardião do GT 5 que trata sobre as ações de segurança alimentar e
1833 nutricional para a população negra. **CP4.** Debateram o tema da plenária e a necessidade de chamar
1834 a ANA para o debate sobre a questão dos povos originários e os aquíferos Guarani e Plata. Discutiram
1835 a campanha em si e o objetivo geral da campanha, que é mobilizar a sociedade civil e os tomadores
1836 de decisão para a liberação de recursos destinados à garantia do direito humano à alimentação
1837 adequada e saudável para o combate à fome. Construíram coletivamente a recomendação do
1838 sistema prisional. Encaminhamentos: Aprimorar e construir a minuta da recomendação sobre a
1839 redução da taxa de juros. Construir uma nota técnica sobre o impacto da redução de juros na
1840 alocação e implementação orçamentária para as ações de combate à fome para o terceiro Plansan.
1841 Promover um pacto político da sociedade civil com a campanha de redução das taxas de juros. **CP1.**
1842 Avaliaram a oficina dos exames e o processo participativo do Conselho em relação ao Plansan. Farão
1843 uma pré-plenária para apreciar o plano e se dividirem em grupos para amadurecer a leitura sobre o
1844 plano. Discutiram o programa de aquisição de alimentos e o PNAE de forma conjunta com a CP3 e a
1845 CP7. Defenderam um instrumento de chamada pública para o PNAE. Encaminhamentos: Apresentar
1846 os resultados da avaliação da oficina dos exames na próxima plenária. Priorizar o desenho de um
1847 protocolo intersetorial para as compras públicas. Realizar um encontro ou seminário do PAA no ano
1848 que vem. Outros pontos: A presidenta do FNDE informou que o PL 3002 será retirado de pauta e será

1849 elaborado um novo projeto para instituir a política brasileira de alimentação escolar. O Conselho tem
1850 direito a 20 vagas no encontro nacional do PNAE. Será feita uma conversa específica sobre a mudança
1851 do termo dispensa de licitação para chamada pública na lei do PNAE. **CP Internacional.** Discutiram o
1852 G20, o Conselho de Segurança Alimentar e uma oficina sobre instrumentos normativos internacionais
1853 do direito da alimentação. Encaminhamentos: Realizar uma reunião anterior ao encontro do
1854 Conselho de Segurança Alimentar com os parceiros da CPLP para afinar a realização de uma atividade
1855 autogestionada. Elaborar uma recomendação para a próxima plenária sobre diretrizes importantes
1856 para a governança global dos sistemas alimentares. **CP7.** Discutiram a vigilância sanitária e ações nas
1857 comunidades dos povos e comunidades tradicionais. Discutiram a vigilância sanitária e defesa
1858 agropecuária. Concluíram que são invisíveis para o MAPA em termos de povos e comunidades
1859 tradicionais. Encaminhamentos: Criar um GT entre o MAPA e a CP7 para construir uma política
1860 específica de defesa agropecuária para povos e comunidades tradicionais. Solicitar uma reunião com
1861 a Anvisa para definir a questão do beneficiamento do consumo em relação aos povos e comunidades
1862 tradicionais. Discutir o sistema de comunidade e solicitar uma reunião com a Embrapa, MDS, MDA,
1863 CP6 e Funai para adequar o projeto. Outros pontos: A CP7 debateu o tema da plenária e encaminhou
1864 a resolução/recomendação apresentada. Foi mencionado um ofício para o MAPA, MMA e MPA para
1865 a publicação da atualização da EM 17. **CP6.** Discutiram o tema da plenária e a necessidade de
1866 alternativas para obter dados de insegurança alimentar de áreas de retomada de terras indígenas
1867 demarcadas. Discutiram o edital de seleção para organizações indígenas e a necessidade de ampliar
1868 a divulgação. Encaminhamentos: Preparar um ofício para a diretoria de proteção territorial da Funai
1869 para cobrar o andamento da doação de terras para as populações indígenas em áreas de Itaipu
1870 Binacional. Buscar alternativas para obter dados de insegurança alimentar de áreas de retomada de
1871 terras indígenas demarcadas. Ampliar a divulgação do edital de seleção para as organizações
1872 indígenas. Outros pontos: Foi relatado o falecimento de dois jovens indígenas na aldeia do Cacique
1873 Lino. **CPCE.** Discutiram as cozinhas solidárias e a necessidade de aprofundar o processo formativo.
1874 Pensaram na possibilidade de uma oficina presencial para aprofundar as questões de monitoramento
1875 e o ciclo de diálogo da decisão. Solicitaram a liberação da senha e login do sistema para o controle
1876 social. Discutiram o indicador de risco de prevalência de insegurança alimentar a partir dos dados do
1877 CadÚnico e a necessidade de incluir a variável povos e comunidades tradicionais. Discutiram a
1878 experiência de monitoramento de políticas e do Sisan a partir dos conselhos estaduais.
1879 Encaminhamentos: Elaborar um protocolo baseado no decreto e na portaria do programa e melhorar
1880 o material informativo sobre o protocolo no sistema. Qualificar melhor o campo que fala de povos e
1881 comunidades tradicionais. Como resultado dos trabalhos dessa Sessão Plenária 08 (oito)
1882 recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: Recomendação nº
1883 17/2024/CONSEA/SG/PR, sobre a inconstitucionalidade da Lei nº 14.701 (Lei do Marco Temporal);
1884 Recomendação nº 18/2024/CONSEA/SG/PR, sobre a regulamentação do mercado das apostas online
1885 (bets); Recomendação nº 19/2024/CONSEA/SG/PR, para que a alimentação oferecida durante a
1886 COP30 seja oriunda da agricultura familiar, da produção agroecológica e da sociobiodiversidade e
1887 sigam as diretrizes e recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da
1888 Saúde; Recomendação nº 20/2024/CONSEA/SG/PR, sobre a condução de um processo regulatório
1889 coordenado, articulado e transparente, envolvendo revisão de evidências científicas e participação
1890 social na regulação e no estabelecimento de critérios mínimos de identidade aos chamados produtos
1891 vegetais análogos a produtos de origem animal (ou “à base de plantas”), de acordo com as diretrizes
1892 do Guia Alimentar para a População Brasileira, em consonância com os princípios e as diretrizes da

1893 Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e
1894 Nutricional (PNSAN); Recomendação nº 21/2024/CONSEA/SG/PR, sobre o encaminhamento ao
1895 Congresso Nacional Projeto de Lei que disponha sobre o cofinanciamento no âmbito do Sistema
1896 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan; Recomendação nº 22/2024/CONSEA/SG/PR,
1897 sobre a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) por meio da incorporação de
1898 ações estruturantes e adoção de normas nacionais e internacionais de segurança alimentar e
1899 nutricional no sistema prisional e socioeducativo; Recomendação nº 23/2024/CONSEA/SG/PR, sobre
1900 o reconhecimento da validade da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 24, de 15 de junho de
1901 2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que aprova o Regulamento Técnico com
1902 requisitos mínimos para oferta, propaganda, publicidade, informação de promoção comercial de
1903 alimentos com quantidades elevadas de açúcar, gordura saturada, gordura trans e sódio, bem como
1904 de bebidas com baixo teor nutricional; Recomendação nº 26/2024/CONSEA/SG/PR, sobre a
1905 regularização fundiária reparatória à territorialidade dos Povos e Comunidades
1906 Tradicionais. **Encerramento.** Sra. Elisabetta Recine (Presidenta do Consea) –encerrou a plenária. Eu
1907 agradeço muitíssimo quem conseguiu e pode ficar até o final, certamente é uma metodologia que a
1908 gente precisa aprimorar. Então muito obrigada, para quem for voltar para casa longe que volte bem,
1909 para quem está voltando para uma casa perto, também. E a gente se encontra em novembro para a
1910 plenária que encerra o nosso ano. Encerrada a 5ª Reunião Plenária Ordinária de 2024, eu, Marília
1911 Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 28/02/2025.